

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ESTUDO DE CASO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO TÊXTIL
E DE TECNOLOGIA: O PROBLEMA DA FLEXIBILIZAÇÃO E
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO.**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: José Paulo Fagundes

Orientador: Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins

Áreas de Pesquisa: Economia e Trabalho.

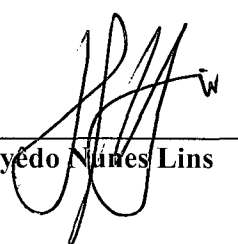
Palavras-Chaves: 1- Cooperativas de Trabalho;
 2- Flexibilização de Trabalho;
 3- Precarização de Trabalho.

Florianópolis, maio de 2002.


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,5 ao aluno JOSÉ PAULO FAGUNDES na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.


Banca Examinadora:



Prof. Dr. Hoyedo Nunes Lins
Presidente



Prof. Dr. Luiz Carlos de Carvalho Junior
Membro



Profa. Carmen R. O. G. Gelinski
Membro

AGRADECIMENTOS

A minha esposa Lisandra,
pelo apoio e compreensão, sem a qual tudo isso seria impossível.

A Felipe, meu filho amado,

Para que, quando crescer, encontre nestas páginas
a explicação de minhas ausências e da falta de paciência. E para que saiba:
estive sempre presente. Tudo que fiz foi pensando no melhor para nós três.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Hoyêdo, pelo desprendimento, atenção e
apoio e que tenha a certeza de muito ter contribuído para meu crescimento
pessoal e profissional.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	6
LISTA DE ANEXOS	7
RESUMO	8
CAPÍTULO I	9
1 – O PROBLEMA	9
1.1 - Introdução	9
1.2 – Formulação da situação problema	12
1.3. - OBJETIVOS:	14
1.3.1 - Geral	14
1.3.2 - Específicos	15
1.4 - Metodologia	15
1.4.1 - Tipo de Pesquisa	15
1.4.2 - População da Pesquisa	16
1.4.3 - Técnica e Instrumental de Coleta de Dados	16
CAPÍTULO II	17
2 - O COOPERATIVISMO E AS COOPERATIVAS	17
2.1 –Breve Historia do Cooperativismo	19
2.2 - Principais Precusores e Ideais do Cooperativismo	20
2.3 – O Cooperativismo no Brasil	26
2.3 – Organização das Cooperativas	27
CAPÍTULO III	30
3 - AS COOPERATIVAS E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO	30
3.1 – Transformações Econômicas e Mercado de Trabalho	30
3.2 – As Cooperativas de Trabalho no Brasil	32
3.3 – O Problema da Flexibilização do Trabalho	34
3.4 – Precarização do Trabalho	39
3.5 – Terceirização Produtiva e Cooperativas de Trabalho	41
CAPÍTULO IV	44
4 – COOPERATIVAS DE TRABALHO NA INDÚSTRIA TÊXTIL-VESTUARISTA CATARINENSE	44
4.1 - Características da industria têxtil	44
4.2 - Cooperativas de trabalho em Santa Catarina	46
4.3 - Cooperativas de trabalho no segmento de confecções: análise das entrevistas	47
4.4 – Uma ilustração da heterogeneidade das cooperativas de trabalho	51
4.4.1 - Capcooper	51
4.4.2 - Coopvest	52
CAPÍTULO V	54
5 - COOPERATIVAS DE TRABALHO NO SEGMENTO DE TECNOLOGIA	54
5.1 - A Indústria Internacional de Software	54
5.2 - O Setor de Software no Brasil	56
5.3 - Cooperativas de trabalho no segmento de Tecnologia	57
5.4 – Uma grande cooperativa de tecnologia: Uniway	63
CAPÍTULO VI	67
6 – SIGNIFICADO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO NA OPNIÃO DE ATORES QUE INTERAGEM COM ESSE TIPO DE COOPERATIVA	67
6.1 - Flexibilização do trabalho	67
6.2 – Precarização das Condições de trabalho	70
6.3 - Cooperativas de trabalho – O Ideário	71
6.4 – Posição dos Sindicatos quanto às Cooperativas de Trabalho	73
6.5 – As Cooperativas de Trabalho como possibilidade frente ao desemprego	75
6.6 - Relação entre flexibilização, condições de trabalho e emprego	76
CAPÍTULO VII	78
7 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	78
7.1 - Conclusões	78

7.2 – Recomendações	80
8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	82
9 - Anexos	88
Anexo 9.1 - Questões para SINDICATOS	88
Anexo 9.2 - Questões para REPRESENTANTES DAS COOPERATIVAS.....	89
Anexo 9.3 - Questões para COOPERADOS	90
Anexo 9.4 – Relação dos entrevistados.....	91

LISTA DE SIGLAS

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

OCB – Organização das cooperativas do Brasil

OCESC – Organização das cooperativas do Estado de Santa Catarina

OCERGS - Organização das cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul

ACI – Associação Internacional das Cooperativas

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

LISTA DE ANEXOS

01- Questões para SINDICATOS.....

02- Questões para REPRESENTANTES das Cooperativas.....

03- Questões para COOPERADOS.....

04- Relação das Cooperativas entrevistadas.....

RESUMO

Esta monografia contém um estudo de cooperativas sobre trabalho situadas na região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina – na área têxtil – e nas cidades de São Paulo e Porto Alegre – na área de software e tecnologia. Seu objetivo é identificar e avaliar as formas de flexibilização do trabalho representadas por essas cooperativas, bem como examinar as implicações do seu funcionamento para as condições de trabalho de seus cooperados, tendo em vista maior flexibilidade das relações de trabalho. Busca-se também interrogar se os princípios e valores do verdadeiro cooperativismo, conforme a filosofia dos experimentos precursores, encontram-se presentes nessas cooperativas de trabalho.

O estudo evidencia contradições entre as proposições constitutivas das cooperativas e a prática operacional. As cláusulas estatutárias e a constituição jurídica situam as cooperativas pesquisadas no campo da legalidade exigida pela legislação do trabalho e cooperativista. As dificuldades administrativas e operacionais enfrentadas, tanto financeiras - pela escassez de recursos para a manutenção das suas necessidades e de seus cooperados -, quanto organizacionais – pelo tratamento privilegiado de alguns grupos expõem, no entanto, a maioria das cooperativas ao risco do descrédito da comunidade.

A partir da análise da realidade dos casos estudados, sugere-se a revisão do seu ideário e das práticas cooperativas. É preciso revisá-los, especialmente quanto aos princípios e valores, e ainda quanto aos aspectos legais que norteiam as relações de trabalho. Desse modo, é possível corrigir as formas contratuais que precarizam o trabalho e denigrem a imagem do sistema cooperativista.

Da mesma forma, apresenta-se o perfil de uma verdadeira cooperativa de trabalho, quanto à organização e à atuação, de acordo com a legislação trabalhista, previdenciária e cooperativista, respeitando os princípios e valores que se encontram, historicamente, na raiz desse tipo de empreendimento.

CAPÍTULO I

1 – O PROBLEMA

1.1 - Introdução

As mudanças na estrutura do mercado de trabalho, no perfil e na natureza do próprio trabalho constituem um dos problemas centrais do desenvolvimento social na atualidade. Essa verdade vale tanto para os países mais industrializados como para os países em desenvolvimento. O Brasil, particularmente, em seu processo de desenvolvimento, foi apanhado em uma conjunção histórica negativa em termos de trabalho e emprego.

As mudanças impostas pela reestruturação econômica mundial, com a introdução de novas tecnologias na produção e de técnicas de gestão racionalizadoras do trabalho coincidem, com a crise de um modelo econômico que, por décadas, revelaram-se baseado em investimentos públicos e no protecionismo. Agregando a isso a crescente internacionalização da economia, e os compromissos derivados da integração regional (CONESUL), vê-se que, no Brasil, o mercado de trabalho tradicional está mudando rapidamente. Essas mudanças são de caráter estrutural e não se devem apenas a medidas conjunturais, ainda que estas possam agravar e reorientar o processo. O trabalho e o emprego no futuro certamente terão outra natureza, diferente da conhecida na atualidade.

Temas como terceirização, incremento de trabalho autônomo e informatização têm aumentado sua presença nas pautas de debates do “novo mundo do trabalho”.

Publicações recentes tratam da terceirização e da necessidade de flexibilização das relações de trabalho como um contra movimento à rigidez da legislação trabalhista em vigor, representada pela C.L.T. - Consolidação das Leis do Trabalho. Introduzida na década de 40, essa lei já dá sinais de atraso. Além disso, a necessidade de sua atualização parece constituir uma controvérsia sem fim entre os diversos autores.

A flexibilização é vista como uma tentativa de adaptação às inovações que se observam. No âmbito de uma categoria geral intitulada “flexibilização no trabalho”, fazem-se referências a formas ditas “modernas” na relação entre capital e trabalho. Entre os vários movimentos de mudança encontra-se o que tem levado à proliferação de Cooperativas de Trabalho, objeto deste estudo.

Um dos grandes desafios desta passagem de século e milênio, para muitos trabalhadores e empresas no mundo inteiro, é o enfrentamento das incertezas que a globalização impõe. Como saída, a cooperação parece configurar uma importante alternativa.

As incertezas da globalização parecem gerar o mesmo sentimento que angustiava os vinte e oito tecelões ingleses, em 1844, em Rochdale, na Inglaterra. Percebendo que o desemprego era motivo de retração salarial e limitação nas condições de vida, decidiram mudar da individualidade para o coletivo, unindo conhecimento e forças em torno de uma iniciativa cooperativa. Para que esta postura solidária fosse possível, tornam-se necessário estabelecer alguns princípios básicos do cooperativismo tais como: adesão livre e espontânea a cooperativa; absoluta neutralidade política e religiosa; democracia pura; igualdade independentemente das condições econômicas; eliminação do lucro mercantil e reinvestimento do mesmo; e incentivo à educação para garantir a continuidade do sistema (Irion, 1997, p.47).

Ao que parece as atuais incertezas geram uma insatisfação generalizada frente ao modelo de organização das sociedades, tanto com referência a seus valores, como no que concerne à ocupação dos espaços, à distribuição do poder e à distribuição da renda entre nações, grupos, classes e pessoas. Diversos questionamentos sobre as possibilidades de alternativas parecem ter sido estimulados no âmbito de tais incertezas.

Será que hoje, como antigamente, conseguiram os trabalhadores se organizar em torno de sociedades em que os princípios e valores de convívio social estejam permanentemente presentes? Haveria espaço, num mercado capitalista, para a sobrevivência de uma organização regida por valores sociais? O que levaria as pessoas a cooperarem de forma solidária? A mudança nas relações de trabalho proposta pelas cooperativas de trabalho é percebida como necessária e consciente? O sistema

capitalista encontrará alguma alternativa para o desemprego estrutural que não seja a informalidade ou formas de contrato de trabalho que somente visam a redução dos custos para o capital? E, principalmente, seria o cooperativismo do trabalho uma alternativa que satisfaça as necessidades do capital e do trabalho sem que haja quer a exploração do segundo, quer obstáculos para o primeiro?

Estimulado por questionamentos desse tipo, um autor como Oliveira (1984) refere-se ao cooperativismo como doutrina baseada no poder da solidariedade humana. Tendo em vista anos de prática contínua e persistente, as iniciativas apoiadas nessa doutrina aparecem na opinião do autor como a melhor saída, além de tudo de caráter pacífico, para as crises econômicas e sociais que vêm preocupando a humanidade. O sofrimento desta resultaria, nessa ótica, da falta de união entre os homens, que ao trabalho comum e fundamental na forma de cooperação, preferem, não raro a luta de resultados em geral negativos. Não sem uma grande dose de otimismo, o autor destaca o cooperativismo do trabalho como uma proposta socioeconômica viável, sobre tudo por incluir o respeito à liberdade das pessoas e a prática do solidarismo.

Entretanto, a observação da realidade permite identificar, no atual contexto de dificuldades, dois grandes tipos de cooperativas de trabalho: as verdadeiras e as falsas. Conforme Andrade (1998, p.05):

“infelizmente estamos vendo proliferar entidades cooperativas de trabalho apenas no nome e que na prática funcionam como meras prestadoras de serviço não especializado a terceiros, mormente quando a mão-de-obra é desqualificada e ignorante. Já onde seguem os princípios cooperativistas, estas geram mais vantagens para o associados, que se transformam em patrões de si mesmos e, logicamente, com melhores condições de vida e trabalho. Estas cooperativas são úteis e merecem maior divulgação”.

Desse modo, pode-se afirmar que as verdadeiras cooperativas de trabalho possibilitam o acesso ao trabalho. Por outro lado, as falsas cooperativas ou, como são conhecidas, “as cooperativas de fachada”, precarizam as relações e as condições de trabalho de seus associados-cooperados.

Assim, analisando-se especificamente o segmento cooperativismo de trabalho, uma dúvida aflora: nessas cooperativas de trabalho os princípios cooperativistas são

respeitados? Ou são usadas só para redução de custos do capital, precarizando-se ainda mais as relações de trabalho e, por consequência, as condições de trabalho dos trabalhadores?

1.2 – Formulação da situação problema

Na busca por competitividade neste atual cenário de internacionalização da economia, envolvidos por “modernos” modelos de gestão como a reengenharia, programas de qualidade e outros, as empresas buscam, constantemente, a redução de custos, seja por redução de níveis hierárquicos, enxugamento do quadro de pessoal, terceirização e/ou subcontratação de mão-de-obra, entre outros, com a finalidade de maximizar os resultados para o capital.

Durante esta corrida pela maximização de resultados, pela velocidade das mudanças no mercado, muitas empresas tiveram dificuldades para adaptar seus processos administrativos e produtivos. O resultado é uma difícil situação econômico-financeira para muitas organizações, refletindo no encerramento das atividades de diversas empresas tradicionais, anteriormente bem posicionadas no mercado.

O aumento dos índices de desemprego, resultante desse processo econômico, apresentou como consequência um grande número de trabalhadores que não conseguiram recolocação no mercado formal de trabalho (entende-se por mercado formal de trabalho, aquele regido conforme previsto na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT). Esses trabalhadores foram obrigados a aceitar as oportunidades de trabalho disponíveis, mesmo sendo estas “...precárias e não padronizadas”, conforme definição de Mattoso (1996, p.109), referindo-se às relações de trabalho que não ofereciam condições dignas de vida ao trabalhador e não tinham amparo da legislação.

Assim, diante do quadro de desemprego que assola as regiões que compõe a amostra desse estudo, muitos trabalhadores estão buscando modelos associativos na esperança de proteção ou garantia do trabalho, de renda e de qualidade de vida através das Cooperativas de Trabalho.

Segundo a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras (2000), o número de Cooperativas no país cresceu 50% em 1999, comparados com o ano anterior. Em 1998, havia 156 cooperativas; em 1999, 516; e, em junho de 2000, um total de 903, que, juntas, congregavam perto de 152 mil cooperados e cerca de 3,5 mil funcionários, movimentando 1% (um por cento) do PIB (Produto Interno Bruto) nacional.

Nesse sentido, é importante lembrar que as 189 cooperativas de trabalho existentes no país (OCB, 2001) possuem representatividade considerável como fornecedoras de mão-de-obra, e especialmente se observarmos a tendência de crescimento deste segmento cooperativo de forma inversamente proporcional aos índices de emprego e redução dos contratos formais de trabalho¹.

Para Périus (1998), o crescimento do número de cooperativas de trabalho ocorre porque estes modelos associativos têm em vista reduzir custos, elevar a produtividade e incorporar novos padrões tecnológicos, suavizando os efeitos que o progresso capitalista provoca nas camadas populares.

As sociedades cooperativas, desde seu surgimento, sempre se constituíram em alternativas para a organização voluntária de pequenos produtores rurais, trabalhadores urbanos e uma série de outros grupos sociais tipificados no texto da própria lei das Cooperativas. No entanto a aglutinação de trabalhadores independentes em torno de sociedades civis denominadas cooperativas de trabalho disseminou-se a partir da promulgação da lei nº 8949/94, com a inserção do parágrafo único no artigo 442 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), no qual se lê “Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores dos serviços daquela”. Este parágrafo exclui, portanto, o reconhecimento do vínculo empregatício (contrato de trabalho) entre o cooperado e o tomador dos serviços da Cooperativa (Oliveira, 1996, p.09).

¹ A ACI (Associação do Cooperativismo Internacional) registra cerca de 750 milhões de pessoas ligadas ao cooperativismo, no mundo. Os EUA tem mais de 47 mil cooperativas. São mais de 120 milhões de associados, o que representa cerca de 40% da população vinculada a diversos tipos de cooperativas. No Brasil a OCB registra a existência de 4.851 cooperativas de todos os tipos, envolvendo 4.025.000 associados (O Informativo do Cooperativismo, 1999, ano2, nº 14, pg.03).

Após inclusão do parágrafo único ao art. 442, as relações de trabalho entre o capital e o sistema associativo de cooperativas de trabalho sofreram profundas alterações. Essa lei teve o mérito de colocar em evidência um movimento de cooperativas de trabalho que vinha se organizando lentamente, respondendo às necessidades de trabalhadores fora do mercado formal e sem ajuda do estado, amparado na lei 5.764/71.

Segundo Tesch (1996, p.21), “O dito parágrafo, sem este propósito, deu a conhecer a importância do” modelo de trabalho associado em cooperativa. Cresceu também rapidamente sua apropriação por interesses escusos (público ou privado), unicamente como uma “tecnologia de gestão e redução de custos”, ignorando a legislação, a tradição e a prática cooperativista baseada nos sete princípios da ACI (Aliança Cooperativa Internacional). As autênticas e as pseudocooperativas, em uns casos por má fé, em outros por ignorância, foram colocados no mesmo nível”.

O presente trabalho discute o problema referente às iniciativas de formação de Cooperativas de Trabalho, procurando discernir sobre a presença de lógicas antagônicas: de um lado, se as cooperativas objetivam a utilização da mão-de-obra em condições precarizadas; de outro lado, se buscam a criação de postos de trabalho que resguardecem os direitos dos trabalhadores cooperados, com uma proposta alternativa ao desemprego, observando os princípios cooperativistas.

A hipótese formulada é a de que esse modelo associativo está sendo incentivado, principalmente, porque representa redução de custos para o capital, mas que nas cooperativas de trabalho onde forem seguidos os princípios e valores cooperativistas, tal modelo poderá representar uma alternativa ao desemprego, fornecendo condições de trabalho dignas aos seus associados cooperativados.

1.3. - OBJETIVOS:

1.3.1 - Geral

Estudar a flexibilização de trabalho em Cooperativas de Trabalho localizadas no Vale do Itajaí, em Santa Catarina; em Porto Alegre e em São Paulo, procurando

verificar em que medida os princípios cooperativos encontram-se presentes e procurando perceber as condições de trabalho dos associados.

1.3.2 - Específicos

- Discutir, em nível conceitual e com base em pesquisa bibliográfica, a problemática da flexibilização e da precarização do trabalho, associada às cooperativas de trabalho.
- Realizar pesquisa bibliográfica e documental sobre a trajetória do cooperativismo, com destaque para o cooperativismo de trabalho.
- Investigar o funcionamento de cooperativas de trabalho na indústria têxtil-vestuarista do Médio Vale do Itajaí, interrogando sobre as consequências para os trabalhadores e sobre a presença de princípios e valores cooperativistas.
- Investigar o funcionamento de cooperativas de trabalho na indústria de Software, em Porto Alegre e São Paulo, interrogando sobre as consequências para os trabalhadores e sobre a presença de princípios e valores cooperativistas.
- Comparar as experiências na indústria têxtil-vestuarista e na produção de software, quando ao nível de alcance de objetivos dos trabalhadores.

1.4 - Metodologia

A metodologia utilizada no estudo é de caráter descritivo, mais apropriada ao propósito de obter informações sobre determinada população: suas características, frequências de certos eventos e opiniões.

1.4.1 - Tipo de Pesquisa

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa quantitativo-exploratória.

Optou-se pelo estudo de casos selecionados, para se ampliar o conhecimento sobre o problema em estudo nas cooperativas de trabalho, referente ao conhecimento do conceito e à prática de posicionamento dentro das relações de trabalho. Embora não existam regras para a escolha de casos, em pesquisas exploratórias são valiosos os casos que representam contrastes ou aspectos salientes à bibliografia consultada.

1.4.2 - População da Pesquisa

Referiu-se às cooperativas de trabalho no Brasil e mais especificamente as de Santa Catarina, São Paulo e Porto, e às empresas que transfiram ou terceirizam sua produção ou serviços.

O sistema de referência utilizado para construir a amostra foi formado por livros, normas técnicas, legislação, jornais, revistas e outros meios de comunicação nos quais são citadas as Cooperativas de Trabalho. A variedade de fontes se justifica pela carência de bibliografia especializada. Foram consultadas: a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), do Rio Grande do Sul (OCERGS) e de Santa Catarina (OCESC) por apresentarem dados estatísticos importantes e atualizados; órgãos que concentram a associação “patronal” do vestuário e tecnológico que representam outro lado do interesse no cooperativismo; especialistas em cooperativas que apresentaram estudos significativos sobre o assunto e os sindicatos dos setores estudados.

1.4.3 - Técnica e Instrumental de Coleta de Dados

Os dados foram obtidos mediante a técnica de levantamento primário e utilização de estatísticas anteriores (secundário), quando necessário. Foi utilizado um roteiro com perguntas semipadronizadas e fechadas, aplicado mediante entrevistas pessoais e institucionais, utilizando os mais diversos meios disponíveis – contato direto, Web, postal, telefone, etc.

CAPÍTULO II

2 - O COOPERATIVISMO E AS COOPERATIVAS

Segundo Pereira (1999) a cooperativa é uma associação de no mínimo 20 pessoas com interesses comuns, economicamente organizadas de forma democrática, ou seja, contando com a participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos.

Sua doutrina tem por objetivo melhorar a sociedade em todos os sentidos e em todos os momentos. Não é imposta, é absorvida. É humanista e prima pela liberdade econômica, social e democrática. Seu primado econômico social impõe a igualdade como princípio e a solidariedade como esforço comum. Uma postulação que parece recorrente entre os adeptos do cooperativismo é de que a doutrina, ao modificar o homem, transforma a sociedade através desse mesmo homem (Schneider, 1997). Portanto, como doutrina social que sintetiza a reforma da sociedade, o cooperativismo é também fundamentalmente filosófico, ao aspirar o aperfeiçoamento moral do homem, contribuindo para a melhoria econômica.

Com esses valores, parece óbvio que não foi o capital que organizou a primeira cooperativa ou formulou a doutrina cooperativista. Entretanto ela tampouco faz parte do ideário socialista. Foram pessoas comuns que deram os primeiros passos premidas pela adversidade imposta pelo capitalismo vigente na época da criação da primeira cooperativa. Segundo a afirmação de Irion (1997, p.23) “O cooperativismo nasceu da crise social gerada pelo capitalismo, não da ideologia socialista”.

Em 1937, a Aliança Cooperativa Internacional, no XV Congresso realizado em Paris, fixou os princípios do cooperativismo. Inspirado no programa de Rochdale - daí a origem do nome Princípios de Rochdale - foram instituídos e aceitos sete princípios básicos, que são: adesão livre e voluntária; controle democrático pelos sócios; participação econômica dos sócios; autonomia e independência; educação, treinamento e formação; cooperação entre cooperativas e preocupação com a comunidade.

As cooperativas se apresentam como sociedades de inspiração democrática onde o capital se constitui em um meio de participação e nunca em um fim de lucro. Para a realização de seus objetivos, a cooperativa não busca lucro, já que o excedente financeiro retorna ao associado.

Segundo Irion (1997, p.35) “Cooperativismo é um instrumento eficaz para a organização da população, a democracia dos investimentos, a distribuição da renda, a regularização do mercado, a geração de empregos e assim instrumentaliza a justiça social”.

Em Manchester, conforme Irion (1997), no Congresso Internacional de Cooperativismo de 1995, foi elaborada a última revisão dos princípios cooperativistas aprovados em 1966, em Viena.

Com as modificações propostas e aprovadas, ficaram assim definidos:

Solidariedade - Empreendimentos em comum exigem pessoas solidárias, indivíduos independentes, dispostos a estabelecer vínculos entre si, baseados no apoio mútuo.

Liberdade - O essencial é o direito de analisar os valores e os princípios e potencialidades do movimento para que os interessados possam transformar sua liberdade que é absoluta, fora da cooperativa, em liberdade voluntariamente relativa dentro dela, limitada por regras auto-impostas que visem ao bem comum.

Democracia - Significa a participação em todas as reuniões, o direito de opinião, as oportunidades de funções diretivas e o respeito ao direito das pessoas ainda que divergentes.

Justiça Social - A promoção econômica dos associados alia-se à educação, cultura, qualidade de vida, oportunidades de trabalho e de realização pessoal.

Eqüidade – Tem sentido especial no cooperativismo quando examinada por três vertentes: a associativa, a econômica e a social, as quais estão implícitas nos valores e princípios do cooperativismo.

2.1 –Breve Historia do Cooperativismo

O cooperativismo objetiva, segundo Oliveira (1984), difundir os ideais em que se baseia, no intuito de atingir o pleno desenvolvimento financeiro, econômico e social de todas as sociedades cooperativas.

A cooperação sempre existiu nas sociedades humanas desde as eras mais remotas. Menos evoluído, menos agressivo, mas sempre como resultante da necessidade imperiosa de sobrevivência.

A história registra um conjunto de experiências interessantes entre diversos povos, que, de forma conjunta, procuraram soluções aos problemas de sua época. A partir do momento em que as sociedades passaram a se desenvolver, surgiu a necessidade de organização do trabalho: “o processo produtivo é, por si, um processo social onde as pessoas precisam praticar a cooperação para conseguir criar riquezas” (Zamberlan, 1992, p 35).

Segundo Benecke (1987), na América, surgiram os Éjidos no México, antigas comunidades indígenas de ação solidária, mais tarde transformadas em cooperativas integrais de produção agrícola. Também os Astecas constituíram uma grande comunidade cooperativa, construindo coletivamente seus sistemas de irrigação. Outra experiência importante foi a dos Incas, no Peru, que praticavam semeadura e colheita de suas lavouras em comum, repartindo os resultados.

A cooperação era vista, pois, como necessidade, como meio de sobrevivência e, principalmente, como um agrupamento de pessoas que, na reciprocidade de seu trabalho, no conjunto de suas idéias e no esforço continuado de suas ações, realizavam seus propósitos e seus objetivos.

Segundo Benato (1994), as primeiras cooperativas instituídas de acordo com o modelo conhecido na atualidade surgiram na Inglaterra, no fim do século XVIII. A primeira cooperativa, organizada formalmente, foi a dos tecelões de Rochdale, que trabalhavam 17 a 18 horas por dia, moravam em casas sem o mínimo de conforto e pagavam muito caro pelo que comiam e vestiam. Com o surgimento da máquina a vapor, a situação veio a agravar-se, significando o desemprego para muitos deles, o que levou os operários a se unirem, com a finalidade de se proteger contra o desemprego e

se manter vivos, através da organização de uma cooperativa que pudesse supri-los do básico para viver, até conseguirem um novo emprego. Essa cooperativa ainda se propunha a cultivar uma área rural, plantando alimentos necessários para a sobrevivência dos operários desempregados e absorvendo pessoas excluídas do mercado de trabalho.

Em novembro de 1843, esses trabalhadores reuniram-se em assembléia para deliberar sobre seu futuro, e se decidiram pela fundação de um Armazém Cooperativo, ou seja, uma sociedade que pudesse, pelo esforço conjunto de seus participantes, resolver o problema de cada um. Já em 28 de outubro de 1844, vinte e sete homens e uma mulher tornaram-se associados da primeira cooperativa que recebeu o nome de ROCHDALE EQUITABLE PIONEERS/SOCIETY LIMITED, situada à Toad Lane (Ruazinha do Sapo) em Rochdale, distrito de Lancashire, na Inglaterra. Inicialmente o andar térreo foi alugado por 10 libras ao ano, por um período de três anos, sendo que o sucesso da cooperativa possibilitou que fossem alugadas as demais peças para fins de consumo e educação. Em 1970, várias cooperativas inglesas reuniram-se para comprar o prédio, e com auxílio de todo mundo, foi fundado o “Toad Lane Museum” (Carneiro, 1981).

2.2 - Principais Precusores e Ideais do Cooperativismo

Do século XVIII ao XIX, apareceram os principais precusores do modelo cooperativo espalhados em diferentes países e em ramos distintos. Na Inglaterra, as experiências cooperativas localizavam-se, especialmente, no setor de consumo; na França, no segmento da produção industrial; e, na Alemanha, no de crédito.

Dentre os principais precusores do Cooperativismo, de acordo com Hansen (1993), estão os seguintes pensadores: P. C. Plockboy e John Bellers, na Inglaterra, no século XVIII. Robert Owen e William King, na Inglaterra; François Charles Fourier, Michel Derrion, Philippe Buchez e Louis Blanc, na França, todos do século XIX. Os pensadores Robert Owen e François Charles Fourier integravam a corrente pré-marxista denominada de *socialistas utópicos* (Pinho, 1996).

Após a identificação dos primeiros pensadores, cabe focalizar alguns dos ideais referenciais do Cooperativismo, assim como da experiência de Rochdale, que foi e é

considerada até a atualidade como o marco histórico de origem dessa nova forma de organização social e produtiva.

A despeito das considerações sobre o Cooperativismo que o definiam como um modelo de organização social e produtivo alternativo ao capitalismo, Pinho (1966) ressaltou que um dos ideais fundamentais das cooperativas baseava-se no respeito ao consumidor. Para essa autora, se na ordem política o cidadão era o soberano, na ordem cooperativa essa soberania pertencia ao consumidor. Desse modo, segundo a autora, o consumidor seria o principal elemento utilizado pela cooperativa na reforma da sociedade, e ao mesmo tempo seria, também, o fim precípua do Cooperativismo. Através da união dos consumidores, poder-se-ia atingir o “reinado do consumidor”. Contudo, para se chegar a tal estágio, as cooperativas deveriam organizar-se por toda sociedade.

Esse processo de organização promoveria a instalação da chamada “República Cooperativa” ou “Democracia Econômica”. No entanto, segundo Charles Gide, apud Pinho (1966), para se chegar a esse ponto seriam necessárias algumas etapas:

1ª) estabelecimento de cooperativas de consumo, onde o lucro capitalista seria abolido, no intuito de obter-se o “preço justo”;

2ª) criação de cooperativas de produção industrial, oriundas de fundos acumulados pelas cooperativas de consumo, acompanhada pela organização de cooperativas de produção agrícola.

A partir daí, tanto nas cooperativas industriais como nas agrícolas, poderia ser abolido o trabalho assalariado. Ainda conforme Pinho (1966), o Cooperativismo possuía historicamente, alguns princípios que nortearam a doutrina cooperativista :

a) *Princípios gerais, de inspiração democrática:*

- adesão livre;
- controle democrático;
- imparcialidade política, religiosa e étnica;
- desenvolvimento da educação.

b) *Princípios especiais:*

- vendas de acordo com “justo preço”;

- retorno *pro rata* das compras;
- vendas a dinheiro e à vista;
- juros limitados ao capital.

Para Florão (1995), o ato da cooperação, fundamento do Cooperativismo, teria variantes de acordo com o ambiente em que estivesse inserido. Desse modo, se o Cooperativismo estivesse inserido numa ordem social e econômica de cunho socialista, a cooperativa fundamentar-se-ia em doutrinas que privilegiariam a dimensão comunitária. No caso de ser capitalista, conforme o autor, a cooperativa tenderia a efetuar um processo de distribuição desigual do produto.

Assim, no regime capitalista, mesmo que o Cooperativismo apresentasse uma proposta democrática, de acordo com os princípios rochdaleanos (adesão livre, gestão democrática, juros baixos ao capital, retorno proporcional às operações e transações em dinheiro), no essencial ele passaria a refletir, no meio em que estivesse atuando, as contradições do capitalismo (Florão, 1995).

Diante dessas visões diferenciadas, cabe, então, o conhecimento do processo de formação do modelo de cooperativa de Rochdale e dos princípios que o guiaram. Os princípios de cooperação e de ajuda mútua consagrados pelos pioneiros de Rochdale nortearam e norteiam até hoje a formação das cooperativas do mundo contemporâneo.

No início do século XIX, diante das transformações operadas pela Revolução Industrial e apesar do crescimento produtivo causado por ela, a situação dos trabalhadores era muito difícil: fome, carência de alimentos saudáveis, desemprego e péssimas condições habitacionais. Para os trabalhadores que permaneciam empregados, poder-se-ia acrescentar a isso os baixos salários e as precárias condições de trabalho.

Esse quadro de degradação social e econômica atingiu, sensivelmente, os habitantes de Rochdale, uma cidade que havia atraído muitos migrantes do interior da Inglaterra e da Irlanda devido ao apogeu da indústria têxtil na região. Diante da desoladora situação, uma parte da população de Rochdale planejava emigrar para os Estados Unidos, pois não suportava mais a enorme crise social, e outra parte acreditava no crescimento dos movimentos operários e que, um dia, a classe operária seria

vitoriosa. Entretanto um terceiro grupo apostava na criação e multiplicação das cooperativas, sobretudo as de consumo: entendia-se que estas seriam importantes instrumentos de libertação da classe trabalhadora, livrando-a da exploração capitalista, ou, pelo menos, diminuindo significativamente o sofrimento dos proletários (Schneider, 1999).

Desse modo, após o fracasso de uma greve de tecelões deflagrada em fins de 1843, surgiram as primeiras manifestações em favor da criação de uma nova cooperativa. Os trabalhadores em greve reivindicavam melhores salários e condições de trabalho, porém a opressão capitalista foi maior e esses não conseguiram a satisfação de suas reivindicações, tendo, ainda, dez companheiros de luta demitidos (ibid.).

Diante desses fatos, os trabalhadores decidiram pela deflagração de um movimento para a discussão e o amadurecimento de um novo modelo de organização cooperativa. Foram feitas inúmeras reuniões. Sob a influência dos ideais de Robert Owen e dos ideais socialistas, convenceram-se de que era preciso mudar o contexto social, criando um espaço de maior dignidade para os trabalhadores.

O modelo da cooperativa a ser criada, inicialmente, seria o de consumo, baseado tão somente na auto-ajuda. Desse modo, os trabalhadores puseram-se a arrecadar contribuições para a formação de um fundo comum. Os recursos foram levantados com a doação de dois peniques semanais, sendo aumentado, posteriormente, para três peniques por semana (ibid.).

Assim, quando o fundo atingiu o valor de 28 libras esterlinas, os trabalhadores decidiram abrir o esperado armazém cooperativo de consumo (ibid.). Então, em 15 de agosto de 1844, na cidade de Rochdale, na Inglaterra, foi registrada oficialmente, sob o nome de *Friendly Society*, a Cooperativa de Consumo de Rochdale, composta por 28 membros, sendo vinte tecelões e os restantes alfaiates, carpinteiros e marceneiros.

Os fundadores da Cooperativa de Rochdale estabeleceram um elenco de princípios, que serviu de base para as futuras cooperativas, sendo utilizado até os dias atuais. Conforme Amodeo (1999), esses princípios passaram a reger as cooperativas de consumo, servindo de base para o Cooperativismo.

De acordo com Schneider (1999, p.45), os princípios dos pioneiros de Rochdale foram os seguintes:

- “A sociedade tem por objetivo e como planos, tomar medidas com vistas ao interesse pecuniário e ao melhoramento das condições sociais e familiares de seus membros, reunindo uma quantidade suficiente de capitais divididos em participações de uma libra cada uma, para colocar em prática os seguintes projetos:
- O estabelecimento de um armazém para a venda de víveres, de vestuário, etc.
 - Construir, comprar ou edificar um número de casas destinadas aos membros que desejam ajudar-se mutuamente para melhorar sua condição doméstica e social.
 - Começar a fabricação daqueles produtos que a sociedade julgue convenientes para empregar os sócios que se encontram sem trabalho ou que sofram repetidas reduções nos seus salários.
 - Para proporcionar aos membros desta sociedade um aumento de benefício e de segurança, a sociedade comprará ou tomará em arrendamento uma ou várias terras, que serão cultivadas pelos sócios que se encontrem sem emprego ou cujo trabalho seja mal remunerado.
 - Logo que seja possível, esta sociedade empreenderá a organização das forças da produção, da distribuição, da educação e do governo ou, dito em outros termos, o estabelecimento de uma colônia que se baste a si mesma e na qual se unirão os interesses, ou prestará ajuda a outras sociedades para estabelecer colônias desta classe.
 - Para desenvolver a sobriedade, se abrirá uma Sala de Temperança, tão logo que se julgue conveniente, em uma das casas da sociedade.”

Assim, baseada nesses princípios, a experiência de Rochdale começou a funcionar. Concomitantemente, iniciaram-se na Europa outras experiências similares. Surgiram várias federações nacionais de cooperativas e desencadearam-se as discussões sobre as bases de um movimento cooperativo de alcance maior, inclusive como alternativa ao capitalismo e ao socialismo (Amodeo, 1999).

Por exemplo, a partir da iniciativa de lideranças cooperativistas das Inglaterra, França e Alemanha, foi fundada em 1895 a Aliança Cooperativa Internacional – ACI. Tiveram papel destacado na constituição da ACI lideranças inglesas como Vansitart Neale, um antigo socialista cristão e secretário executivo da União Cooperativa Inglesa, e Georges Holyoake. Na França, destacou-se Edouard de Boyve (Schneider, 1999).

Conforme Schneider (1999), o objetivo da criação da ACI, além de realizar um antigo sonho de Robert Owen, era fundar uma entidade representativa, em nível internacional, que promovesse a integração das diversas cooperativas nos países onde elas existissem. Essa integração seria de cunho doutrinário, educativo e técnico, para no futuro evoluir rumo a uma cooperativa internacional de consumo.

No seu primeiro congresso, realizado no ano de sua fundação, a ACI registrou um intenso debate. De um lado, encontravam-se os que propunham um modelo de cooperativa direcionada para os *consumidores asociados*; de outro, situavam-se aqueles que pregavam um modelo voltado à cooperativa de produção para os *operários asociados* (Pinho, 1982).

A proposta que triunfou foi, no entanto, a da supremacia do consumidor, que passou a ser, então, a posição da ACI, inclusive sendo considerada a autêntica do padrão rochdaleano. Embora essa tenha sido a proposta vencedora, isso não significou que os demais modelos de cooperativas tivessem sido excluídos da ACI. Ao contrário, foram incorporados como setores ou ramos dentro da entidade, formando parte do movimento cooperativo internacional.

Dessa maneira, pode-se afirmar que uma característica presente no cooperativismo foi a incorporação, nos seus pressupostos básicos, da diversidade de opiniões. Segundo Amodeo (1999), o debate de opiniões sobre o Cooperativismo tem sido uma constante dentro da ACI. Isso é tão verdade que, de acordo com a autora, já foram reformuladas três vezes as declarações formais sobre os princípios cooperativos: em 1937, em 1966 e em 1995.

Amodeo (1999, p.22) reproduz a mais recente declaração de princípios, reveladora da identidade do movimento cooperativo, conforme assinalado nos próprios documentos da ACI de 1995 (apud Amodeo, 1999), conforme segue:

“Estas revisiones periódicas de los principios constituyen una de las fuentes de la fuerza del movimiento cooperativo. Demuestran cómo se puede aplicar el pensamiento cooperativo en un mundo en constante cambio; sugieren cómo se pueden organizar las cooperativas para enfrentar nuevos retos e involucran a los cooperativistas de todo el mundo en el proceso del replanteamiento de los objetivos básicos del movimiento. (...) A lo largo de su historia, el movimiento cooperativo ha cambiado constantemente y continuará haciéndolo. Sin embargo, por encima de los cambios se encuentra el respeto fundamental por todos los seres humanos y la certeza de que son capaces de mejorar su condición económica y social por medio de la ayuda mutua. Por otro lado, el movimiento cooperativo cree firmemente que los procesos democráticos aplicados a las actividades económicas son viables, convenientes y eficientes”.

A despeito da diversidade de opiniões, o que movimento cooperativo buscou mesmo foi a unidade. Isso pode ser verificado em Amodeo (1999) quando a autora cita

o preâmbulo da Declaração da ACI de 1995, referente à proposta relativa aos princípios do Cooperativismo:

“No existe una raíz única de la que emerjan todos los tipos de cooperativas. Éstas existen alrededor del mundo en diferentes formas, satisfacen un sinnúmero de necesidades y se desarrollan en diversas sociedades. De hecho, una de las principales razones por las que se preparó este documento sobre la identidad cooperativa fue reflejar dicha variedad y articular las normas que deben prevalecer en todas las cooperativas, sin importar qué hacen y dónde se desarrollan. En particular, la declaración proporcionó una base común sobre la cual todas las tradiciones cooperativas más importantes podían prosperar y trabajar eficazmente. Durante el siglo diecinueve, las cooperativas emergieron en Europa, primero como instituciones legales independientes. Al alcanzar sus primeros éxitos permanentes en los difíciles años de la década de 1840, las cooperativas crecieron dentro de cinco líneas bien definidas: las cooperativas de consumo, cuyo inicio popularmente se ha relacionado con los pioneros de Rochdale; las cooperativas de trabajo, que tuvieron su mayor apogeo en Francia; las cooperativas de crédito, que se originaron principalmente en Alemania; las cooperativas agrícolas, cuyas raíces se encuentran en Dinamarca y Alemania; y las cooperativas de servicio, como las de vivienda y salud, que, conforme se acercaba el final del siglo emergieron en muchas partes de la Europa industrial” (ACI, 1995, apud AMODEO 1999, p.23).

Após o relato do contexto histórico e dos principais ideais do Cooperativismo, em nível mundial, parte-se para a sua descrição no Brasil. Havia a necessidade de situar o Cooperativismo, em nível mais abrangente, para poder enquadrá-lo no contexto brasileiro.

2.3 – O Cooperativismo no Brasil

Dentre as várias tentativas para implantar o sistema cooperativista no Brasil, a que resultou em dado histórico fundamental para o registro da primeira cooperativa no país, foi a criação da Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em Limeira, São Paulo. Tal fato ocorreu em 1891.

O cooperativismo fortaleceu-se com a vinda dos imigrantes alemães, italianos e japoneses, que se estabeleceram no Sul e Sudeste do país. O grande marco da consolidação do cooperativismo em terras brasileiras, foi a promulgação da primeira lei orgânica do Cooperativismo Brasileiro (Decreto 22.239, de 19 de dezembro de 1932).

Entretanto, o sentido cooperativo já se fazia presente muito antes. De fato, segundo Limberger (1996), em 1610, com a fundação das primeiras reduções jesuítas no Brasil, inicia-se a construção de um estado cooperativo, em bases integrais. Por mais de

150 anos, esse modelo deu exemplo de sociedade solidária, fundamentada no trabalho coletivo. Nela, o bem-estar do indivíduo e da família se sobrepunha ao interesse econômico da produção. A ação dos padres jesuítas baseou-se na persuasão, movida pelo amor cristão, e no princípio do auxílio mútuo (mutirão), prática encontrada entre os indígenas brasileiros e em quase todos os povos primitivos, desde os primórdios da humanidade.

É em 1847 que se pode situar o início do Movimento Cooperativista no Brasil. Foi quando o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das idéias reformadoras de Charles Fourier, fundou, com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina. Organizada em bases cooperativas, essa organização, apesar de sua breve existência, contribuiu na memória coletiva como elemento formador do florescente cooperativismo no País (Limberger, 1996).

Contudo se considera a criação da primeira cooperativa de crédito em Linha Imperial, município de Nova Petrópolis no Rio Grande do Sul em 1902, como a primeira do Brasil porque nessa ocasião o cooperativismo teve base realmente popular, plataforma definida e se organizou como sistema (Irion, 1997).

A partir desta data desenvolveram-se vários tipos de cooperativas e cada uma teve sua própria história, com dificuldades e sucessos distintos, dependendo, quase sempre, dos incentivos, dificuldades ou obstáculos oferecidos pelo governo, na legislação fiscal e do trabalho.

2.3 – Organização das Cooperativas

Para Oliveira (1984) o sócio é a pessoa mais importante do Sistema Cooperativista, e toda a estrutura complementar só se justifica na medida em que corresponde aos seus interesses e expectativas. A atual forma de representação é definida em lei, mas pode ser modificada pelo Congresso Nacional sempre que os cooperados o desejarem.

Pela Lei 5.674/71, vinte pessoas ou mais podem constituir uma cooperativa singular, considerada de primeiro grau, em qualquer segmento, ou seja, em qualquer

atividade humana. Nela, cada sócio pode votar e ser votado, tendo direito a um voto, independente do número de quotas-partes, para eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Três ou mais cooperativas singulares podem constituir uma Central ou uma Federação de Cooperativas, consideradas de segundo grau, em que cada cooperativa singular tem um voto, independente do capital integralizado, mas se admite o voto proporcional.

Três ou mais Federações podem constituir uma Confederação, considerada de terceiro grau, onde cada Federação tem um voto, sendo também admitido o voto proporcional.

As Organizações das Cooperativas de cada Estado (OCE) têm um voto na eleição da Diretoria e Conselho Fiscal da OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras.

Todas as Cooperativas Singulares, Centrais, Federações e Confederações têm um voto para eleger a Diretoria e Conselho Fiscal da OCE – Organização das Cooperativas do Estado, admitindo-se o voto proporcional. Essa organização congrega e representa todos os segmentos do cooperativismo no respectivo Estado e presta serviços às filiadas, conforme o interesse e as necessidades das mesmas.

Conforme Irion (1997, p.36), existem hoje, no Brasil, em torno de 3.300 cooperativas de vários tipos, participando ativamente dos seguintes segmentos:

- a) **AGROPECUÁRIO** (produtores da agricultura e pecuária);
- b) **CONSUMO** (cooperativas de consumo, abertas e fechadas);
- c) **CRÉDITO** (cooperativas de crédito rural e de crédito urbano);
- d) **EDUCACIONAL** (cooperativas de alunos de escolas técnicas e pelas cooperativas de pais);

e) **ESPECIAL** (cooperativas de deficientes mentais, de menores de dezoito anos, de índios não aculturados e de outros tipos de pessoas relativamente capazes);

f) **HABITACIONAL** (cooperativas de construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais);

g) **MINERAÇÃO** (cooperativas mineradoras de calcário, ouro, pedras preciosas, sal, outros minerais);

h) **PRODUÇÃO** (cooperativas produtoras de eletrodomésticos, de móveis, de tecidos e de outros bens de consumo, nas quais os meios de produção pertencem à pessoa jurídica e os cooperados formam o seu quadro diretivo, técnico e funcional);

i) **SERVIÇO** (cooperativas de eletrificação rural, de mecanização agrícola, de limpeza pública, de telefonia rural e de outros serviços comunitários);

j) **TRABALHO** (cooperativas de arquitetos, artesãos, artistas, auditores e consultores, aviadores, cabeleireiros, carpinteiros navais, catadores de lixo, contadores, costureiros, dentistas, doceiros, engenheiros, escritores, estivadores, garçons, gráficos, profissionais de informática, inspetores, jornalistas, mecânicos, mergulhadores, produção cultural, professores, psicólogos, secretárias, trabalhadores na construção civil, trabalhadores rurais, trabalhadores em transporte de cargas, trabalhadores em transporte de passageiros, vigilantes, outras atividades de ofício, técnicas e profissionais.

Os tres últimos segmentos (producao, serviço e trabalho) de atuação cooperativada são o foco do nosso estudo.

CAPÍTULO III

3 - AS COOPERATIVAS E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

“ O século XX pode ser qualificado como século impessoal porque privilegiou as instituições (estado, empresas, associações e governo) em detrimento do indivíduo. Há indicadores de que o século XXI, será o século das pessoas. A consciência dos direitos do cidadão, e do consumidor, a importância do cliente são alguns sinais neste sentido”.

Irion, 1997.

3.1 – Transformações Econômicas e Mercado de Trabalho

O desemprego é o maior problema que a sociedade enfrenta nesta passagem de século. A agropecuária e a indústria, tradicionais geradores de emprego, reduziram e tendem a reduzir ainda mais as oportunidades de trabalho. A monocultura e a mecanização das lavouras causam desemprego no campo. A informatização, a automação e a robotização das indústrias geram fábricas com reduzido número de trabalhadores. A instalação de novas indústrias não produz novos empregos como anteriormente fazia. Fábricas já instaladas anunciam aumento da produção e redução do quadro de empregados (Irion, 1997)².

Segundo Irion(1997), quando ocorre a redução do número de vagas e de contratos formais de trabalho, as oportunidades de trabalho se deslocam para as atividades terciárias, a prestação de serviços. Mas estas atividades econômicas, insuficientes para absorver a mão-de-obra, estimulam a informalidade como meio de reduzir o problema social criado pelo desemprego.

O mercado de trabalho brasileiro, como parte da economia global, sofre as mesmas consequências do aumento da competição e da aceleração das mudanças tecnológicas. Efeitos preocupantes no mercado de trabalho já tinham sido observados

² Estudo realizado pelo Instituto de Economia da Universidade de Campinas – Unicamp, mostra que o Rio Grande do Sul perdeu 292,3 mil vagas formais no mercado de trabalho, no período de 1989 a 1998. Apresenta também a queda da oferta de empregos apresentada pela indústria (de 36% para 31%) e a estabilidade no número de vagas do comércio, serviços e setor público. Como causa é apresentada a abertura comercial da década (Jornal Zero Hora, 15.08.1999, primeira página.).

durante a recessão prolongada dos anos 80. Com a abertura comercial dos anos 90, as empresas pressionadas por novas condições de concorrência procuravam introduzir uma substancial melhora nas suas formas de atuação. Em consequência, os incrementos de eficiência, e mesmo o crescimento, não estaria redundando em igual expansão do emprego (Pastore, 1994)³.

Para contornar os problemas referentes a competição, a recessão e às novas necessidades de contratação, as empresas introduziram novas formas de contratação, seguindo uma tendência geral dos mercados de trabalho, flexibilizando as relações entre o capital e trabalho. Um exemplo eloquente refere-se às cooperativas de trabalho, que tem consequência em termos de alteração das condições de trabalho e de qualidade de vida dos trabalhadores.

“Esta nova forma está sendo buscada, mesmo que tal fato suponha (desconstrução) dos antigos pactos socio-políticos que diferenciavam e regulavam os atores sociais (empresas, sindicatos) no processo do trabalho (...) os atores sociais estão pensando outras formas e tipos de produção, buscando um contraponto à organização capitalista” (Albuquerque, 1998, p.61).

Fazendo um breve retrospecto, Piccinini, in Fensterseifer (1995, pg.116), coloca que “Até os anos 70 boa parte das economias desenvolvidas possuía um mercado de trabalho bem estruturado, razoável distribuição de renda, baixo nível de desemprego e baixo índice de inflação”. Segundo a autora, esta estabilidade foi rompida pelo esgotamento desse padrão de crescimento e marcada pela internacionalização e interpenetração dos mercados e, em decorrência desses dois fatores, uma instabilidade crescente na esfera da produção.

Parece oportuno, então, discutir alguns conceitos de cooperativa de trabalho, flexibilização do trabalho, condição de trabalho, precarização das condições de trabalho e terceirização, que se constituem em temas debatidos no cotidiano entre empregadores e empregados, como alternativas encontradas para que estes últimos permaneçam vinculados ao mercado de trabalho.

³ A produtividade-hora da indústria brasileira, entre 1989-92, por exemplo, cresceu 15%; e o emprego aumentou apenas 6% (Pastore, 1994, pg.14).

3.2 – As Cooperativas de Trabalho no Brasil

No Brasil, denominam-se cooperativas de trabalho tanto as que produzem determinado bem (industrial ou artesanal), como aquelas onde a cooperativa desempenha um papel de “administradora” dos serviços fornecidos pelos cooperados (Oliveira, 1996).

Essas cooperativas “administradoras” de serviços detêm como associados indivíduo cooperativados. Trata-se de trabalhadores que, dispensando a intervenção de terceiros, qualificados como patrões, dispõem-se a contratar determinados serviços relacionados às suas profissões ou aos seus ofícios, seja por trabalho de todos, seja por trabalhos de grupos, em prol do bem comum.

Segundo a OCESC -Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (1996, pg. 12), Cooperativas de Trabalho são “*Cooperativas de profissionais que prestam serviços a terceiros, as que produzem determinado bem e administram o serviço oferecido por seus cooperados*”.

As cooperativas de trabalho, sendo um ramo do sistema cooperativo, devem seguir os princípios e valores cooperativistas, enquadrando-se efetivamente na definição do que é cooperativa.

Irion(1997, pg.37) diz, sobre esse tipo de experiência “As cooperativas organizam coletivamente a produção, o consumo, o crédito, o trabalho, etc..., ajudando a resolver o problema social emergente, por via indireta através da criação de posto de trabalho no seu quadro de funcionários ou por meio direto, através da criação de oportunidades de trabalho para os próprios cooperados”. As crises sociais, como as enfrentadas pelos Rochadelianos, sempre atuaram como detonador do processo formal de trabalho organizado. O desemprego e as dificuldades do mercado de trabalho justificam a tendência mundial e brasileira do atual desenvolvimento e fortalecimento das cooperativas de trabalho.

Perius (1997), indica a distinção que deve se fazer entre as cooperativas de trabalho, pois existem diversas formas de cooperativas neste segmento. A saber:

- a) **Cooperativas de produção coletiva**, mais comuns na Iugoslávia. No Brasil surgiram mais recentemente as Cooperativas de Produção Agropecuária – CPAs, originárias dos processos de assentamentos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra;
- b) **Organizações Comunitárias de Trabalho**, como os Kibutz, de Israel;
- c) **Cooperativas de Trabalho**, que dispõem de um capital , equipamentos e instalações industriais próprias, produzindo em suas instalações bens e serviços, sem depender de algum tomador de seus serviços. Relacionam-se com o mercado para vender seus bens ou serviços produzidos. Enquadram-se neste tipo cooperativo as empresas cooperativas de produção agrícola, industrial ou artesanal;
- d) **Cooperativas de mão-de-obra**, que operam nas instalações de outras empresas, as quais se constituem como tomadoras dos seus serviços. Não se relacionam com o mercado, pois não produzem bens e serviços próprios, senão para seus tomadores, os contratantes de seus serviços, cujos tipos são cooperativas de catadores de lixo, de carregadores e ensacadores, de construção civil, de jardineiros, encanadores, de safristas, entre outros.

Assim, como se pode ver, as cooperativas apresentam-se como um dos possíveis instrumentos de ação organizada, com responsabilidade assumida através de um empreendimento comum, pelo qual se buscam determinados objetivos de ordem econômico-social. É difícil discordar de há grandes dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores e de que, em face disso, as cooperativas de trabalho estariam a se apresentar como alternativas ao desemprego. Com efeito não se pode negligenciar o crescimento, em número de pessoas e segmentos implicados, desse modelo cooperativo de trabalho.

É nesse aspecto que se concentra esta discussão. Em contato preliminar com as cooperativas das regiões da amostra – Médio Vale do Itajaí, Porto Alegre e São Paulo - , notamos uma distinção no que se refere aos interesses dos associados e os interesses dos dirigentes da cooperativa. Os associados queriam basicamente auferir uma renda que lhes permitisse sobreviver de forma digna, mostrando-se até conformandos, em alguns

casos, quando não recebiam quaisquer garantias de continuidade do trabalho, renda e benefícios sociais, inclusive extras sobre o trabalho em jornada excedente.

Os dirigentes das cooperativas apresentavam outra visão. O interesse era que a cooperativa crescesse em número de sócios e de contratos de trabalho com organizações tomadoras de serviço. Era igualmente essencial, na visão deles, que a associação, através da taxa administrativa paga pelos associados- cooperados ativos, se fortalecesse economicamente, para então poder distribuir melhores benefícios para os associados, assumindo essa responsabilidade.

Ora, o cooperativismo surgiu exatamente porque o mercado de trabalho não oferecia garantia de renda mínima aos trabalhadores, as condições de trabalho estavam deterioradas (jornadas excessivas sem a devida remuneração) e o desemprego era elevado. Nessas circunstâncias havia a necessidade da criação de um sistema em que todos participassem com os mesmos interesses e responsabilidades (Carneiro, 1981, p.33).

Contudo, é necessário refletir sobre as formas de organização do trabalho nessas cooperativas. O fato do cooperativismo apresentar um notável crescimento demonstra, por si só, a necessidade de redefinição do seu papel e de seu conceito, pois, diante da prestação de trabalho entre o cooperativado e o tomador de serviços, obtém-se um trabalho assalariado que pode estar dissimulado por interesses escusos, encobertos por discursos que defendem as “modernas” relações de trabalho (Rios, 1998).

Nessas modernas relações de trabalho podem estar trabalhadores arregimentados por um agente, que formalmente organiza uma cooperativa, vendendo os seus serviços e perdendo os direitos trabalhistas normais (Singer, 1999, p. 41).

3.3 – O Problema da Flexibilização do Trabalho

O termo flexibilidade é definido por Boyer (apud Piccinini, 1996, pg.03) como sendo “*a aptidão de um sistema ou subsistema de reagir às diversas perturbações do meio ambiente*”.

Com as inovações que surgem no ambiente das organizações, como as alterações no mercado e na tecnologia, os processos de gestão empresarial e a qualificação da mão-de-obra utilizada na empresa sofrem modificações para adaptar-se ao acirramento da competitividade.

Uma alternativa, apregoada como solução para o problema da competitividade, está sendo a “flexibilidade”, buscada pelas organizações para enfrentar a globalização dos mercados e a reestruturação industrial visando conquistar ou manter mercados (Piccinini, 1996). A necessidade de ser flexível, segundo Piccinini (1996, pg.02), “...é ligada a uma situação de crise, e a cada situação de crise as empresas se reestruturam e mudam a natureza do processo de destruição e criação de empregos”.

Crise é a palavra que, no momento presente, pode melhor identificar, por exemplo, a situação de escassez de recursos econômicos na região do Médio Vale do Itajaí, refletindo diretamente na operacionalidade das empresas e, por consequência, no mercado de trabalho, exigindo procedimentos de cooperação entre os trabalhadores e as organizações para ambos sobreviverem⁴. A cooperação descortina-se como algo essencial. De fato, na visão de um adepto de flexibilização:

“Quem não coopera, não consegue competir. A palavra de ordem nos atuais sistemas de relações de trabalho é flexibilizar, ou seja, ajustar-se às novas condições e tirar o máximo proveito delas. A necessidade de inovar e competir está exigindo novas modalidades de contratação e remuneração do trabalho. Quando as relações trabalhistas dependem muito da legislação, as adaptações são lentas, as empresas perdem competição e os trabalhadores ficam sem emprego” (Pastore, 1994, p.14).

Pastore (1994, pg.16) diz que “O Brasil parece insistir em contrariar as tendências mundiais no campo trabalhista. É claro que sistemas de relações de trabalho não podem ser imitados. Cada país tem sua história. Mas as mudanças não precisam ser tão acintosamente ignorados como se faz no Brasil”.

⁴ A região do Vale do Itajaí tem como base da sua produção o têxtil, que foi profundamente afetada pela abertura econômica dos anos 90.

Efetivamente, a necessidade de flexibilizar a legislação é um aspecto discutido entre os diversos autores, entretanto, diferenciam-se as posições no que tange à aplicação prática e quanto à forma. A respeito disso, nas empresas onde não são corretamente interpretados os conceitos de flexibilização, uma estratégia de administração se destaca dentre as tendências crescentes de utilização: a flexibilização nas relações de trabalho apenas como fuga dos custos com encargos sociais, através de contratos terceirizados de trabalho o que pode acontecer, por exemplo, com as cooperativas de trabalho. Uma estratégia em que as relações de trabalho, por muitas vezes, precarizam-se para atender o objetivo final das organizações, o lucro, ou para simplesmente possibilitar essas empresas ampliarem sua participação neste mercado de economia internacionalizada.

É necessário cautela na defesa da aplicação da flexibilidade de forma irrestrita. Conforme Ramalho (apud Piccinini, 1996), “constata-se que nos países subdesenvolvidos as formas de flexibilização do trabalho aumentaram o mercado informal e o desemprego. Diante de um mercado de trabalho que se restringe e com grande disponibilidade de mão-de-obra a economia de custos tem efeitos devastadores sobre a oferta de empregos e sobre os que dependem desse mercado para sobreviver”.

Piccinini (1996, p.20), diz que a flexibilidade é (...) primeiramente ligada às exigências de organização da força de trabalho no processo de produção e engloba o conjunto de práticas tendentes a fazer coincidir progresso técnico, produtividade e adaptabilidade da força de trabalho face às incertezas da demanda e à concorrência, tanto ao nível nacional quanto internacional. Ainda, segundo a autora, a preocupação das empresas é de flexibilizar o trabalho afim de adequar a demanda de trabalho às flutuações econômicas que nestes últimos 20 anos têm sido cada vez mais rápidas. E para isso são tomadas medidas como: desverticalização e externalização do processo produtivo através da terceirização ou subcontratação, contratação de mão-de-obra a tempo parcial, o trabalho fora da seguridade social e a flexibilização do trabalho através da flexibilização da jornada de trabalho.

A contratação de cooperativas de trabalho se constitui em uma das formas de flexibilizar o trabalho. Diferencia-se do modelo tradicional de contrato com carteira de trabalho e previdência social pelas suas próprias características jurídicas, sendo

inclusive objeto de uma legislação específica que regula seus atos e procedimentos, configurando-se a relação com a organização contratante de prestação de serviços através de terceirização.

Nesse sistema, o instrumento que irá regular este e outros aspectos da relação entre a cooperativa e as empresas tomadoras de serviços é o contrato formal de prestação de serviços celebrado entre as partes. Além de proteger ambas as partes contra a ocorrência de vínculo empregatício, responsabilidades de indenizações por acidente e outros, o contrato estabelece todos os direitos e deveres das partes envolvidas. A celebração do contrato é de suma importância na relação cooperativada, pois da sua correta elaboração depende o aproveitamento de todas as vantagens legais do cooperativismo.

Um item geralmente considerado como o fator principal motivador, dos tomadores de serviço, para a adoção desse modelo de flexibilização, refere-se aos custos. Nesse aspecto, a Cooperativa apresenta uma grande vantagem, pela natureza da relação dos trabalhadores com o tomador dos serviços, inclusive destacando-se das demais empresas prestadoras de serviços que possuem constituição jurídica diferente da sociedade civil cooperativa. O trabalhador é o sócio da empresa, inexistindo, portanto, a exigibilidade de diversos tributos. Isso pode ser observado no demonstrativo abaixo, que representa uma diferença em encargos obrigatórios de até 26,29%. Esse índice oferece uma vantagem competitiva significativa em favor das cooperativas, nas negociações dos valores dos contratos de trabalho:

Demonstrativo de custos incidentes sobre um contrato com valor simulado de R\$1.000,00 (um mil reais), calculado com base em informações de Saratt e Moraes (1997, p.70-71), e na Consolidação da Legislação do Trabalho.

Encargos legais	Contrato formal CLT	Cooperativa de Trabalho
Valor contratado	1.000,00	1.000,00
PIS	6,50	0,00
INSS	200,00	150,00
Salário Educação	25,00	0,00
INCRA	2,00	0,00
SESI/SESC/SENAI	41,00	0,00
SAT (seguro acid. Trab.)	30,00	0,00
FGTS	80,00	0,00
Férias (Provisionadas)	83,30	0,00
1/3 Constitucional	27,50	0,00
13º salário (provisionado)	83,30	0,00
Taxa Administração	0,00	100,00
TOTAL	1.578,60	1.250,00

Note-se que esse demonstrativo não contempla outros tributos, dos quais segundo Pupe (1996), não estão isentas as Cooperativas de Trabalho, como por exemplo o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, IPI, ICMS. Existe ainda uma antiga discussão sobre a contribuição empresarial ao INSS, onde Cooperativas de Trabalho discutem a sua inconstitucionalidade, sendo que uma das Cooperativas pesquisadas durante o trabalho de campo que subsidiam esta monografia possui uma liminar de suspensão provisória dos recolhimentos a este título.

Um outro aspecto que se reveste de importância para a análise efetuada nesta monografia refere-se à condições necessárias para a demissão de um empregado em regime formal de trabalho, inclusive as cláusulas indenizatórias, que, de certa forma, inibem demissões arbitrárias. Nos contratos com cooperativas de trabalho, tais problemas são mais facilmente administrados, pois normalmente não são previstas cláusulas de proteção à finalização arbitrária do contrato.

Portanto, analisando-se os benefícios sociais que os trabalhadores cooperativados deixariam de receber, nota-se que este contrato de trabalho estaria sendo precarizado. De fato, no esquema cooperativo não são observados os mesmos benefícios

amparados por lei para os contratos formais de trabalho, como as férias, o décimo terceiro salário, o FGTS, as horas extras e, quando da demissão do trabalhador os direitos indenizatórios, como o aviso prévio indenizado e a multa de 50% sobre o saldo do FGTS, entre outros que podem ser estabelecidos em convenção ou dissídio coletivo.

3.4 – Precarização do Trabalho

Segundo Rifkin(1996, pg.02), “estamos entrando numa nova fase na história do mundo – em que cada vez menos trabalhadores serão necessários para produzir bens e serviços para a população global”.

A esse respeito, Piccinini (1996, pg. 211) disserta que:

“enfrentando uma economia altamente competitiva e volátil, muitas empresas estão reduzindo seu núcleo de trabalhadores fixos e contratando temporários, para terem a agilidade de aumentar ou diminuir o número de trabalhadores rapidamente, em resposta a variações sazonais, até mesmo mensais ou semanais de mercado”.

Campos (1997, p.12), em uma observação otimista, aponta que “ a oferta de empregos mudou de qualidade. Os setores mais dinâmicos da economia exigem habilidade e qualificação do trabalhador. Com a contrapartida da promessa de remuneração mais significativa. Este é o lado positivo do processo, ao menos para a mão-de-obra especializada”.

Por outro lado, uma nova realidade de mercado apresenta uma condição de inexistência de trabalho para todos. Surge uma massa crescente de trabalhadores que perde seus direitos, não inserindo-se de forma competitiva, embora sendo funcional aos novos paradigmas, tornando-se desempregada, marginalizada ou trabalhando sob novas formas de trabalho, muitas vezes “precárias” e “não padronizadas”. Ocorre redução salarial e perda de benefícios, dificultando um padrão de consumo compatível às suas necessidades. (Mattoso,1996, p.76).

Conforme Campos (1997, pg. 12) “... no Brasil os postos de trabalho vêm se deteriorando, especialmente pelo aumento do emprego em alguns subsetores de serviços, nos quais as relações de trabalho são precárias, na grande maioria”. Por precário, se entende que o processo de contratação se dá à margem da legislação trabalhista e quase sempre com salários menores.

Assim, é oportuna a colocação de Piccinini (1995, pg. 117), dizendo que: “Essa deterioração do mercado de trabalho num processo de reestruturação produtiva foi incentivado pelas políticas macroeconômicas nacionais de cunho neoliberal. O movimento de flexibilização que já era consequência da crise econômica é legitimado e alimentado pelas políticas que a maioria dos países adotou visando superar esta crise e tiveram como consequência, nos países da OCDE, 30 milhões de desempregados, em 1993”.

Esse processo recessivo, oriundo da política econômica, afeta, portanto, a estrutura das sociedades e suas bases existenciais, pois nelas o trabalho representa o moderador harmônico da sociabilidade e solidariedade. A desestruturação e fragmentação do mundo do trabalho provoca a insegurança e instabilidade nas pessoas, que não têm condições de prever o futuro, mas percebem a iminente destruição das suas condições de vida e trabalho.

Com o rompimento dos compromissos keynesianos, em meio à desestruturação da ordem econômica e o surgimento desse novo padrão industrial, eis que este processo aponta para uma ainda maior desestruturação no mundo do trabalho. Essa situação tem reflexo em sentimento de insegurança do trabalho, que pode ser entendida como a insegurança de pertencer ou não ao mercado de trabalho, pela sobre oferta de mão-de-obra. Há insegurança no emprego, no qual as pessoas se sentem inseguras no emprego, pelas facilidades patronais em despedir e em utilizar a mão-de-obra terceirizada, eventual ou subcontratada. Há insegurança na renda, pelas formas atípicas de relações de trabalho, pela variabilidade, instabilidade e inexistência de garantia de continuidade ou existência de trabalho.

Segundo Albuquerque (1998, p.65), “As cooperativas de trabalho surgem neste cenário com rapidez impressionante. Entretanto, a difusão e o aumento quantitativo das

cooperativas de trabalho relacionam-se às práticas de terceirização, que tendem a ampliar o universo tanto de cooperativas de trabalho como de pequenas empresas. Porém, é preciso levar em consideração que a estratégia de “cooperação entre empresas” concorre para a deterioração das condições de trabalho, visto que geralmente são as pequenas cooperativas de trabalho que são contratadas em condições mais precárias, em relação ao tempo de duração do serviço prestado”.

É possível, e até provável que a busca constante de competitividade entre as organizações continue a passar pela redução de salários e pela contratação através de formas à margem da legislação, que proporcionem cada vez mais a precarização das condições de trabalho dos trabalhadores em nome da redução de custos. Isso aumenta as chances de ocorrer uma retração irreversível no mercado, de modo que num futuro próximo os consumidores não terão recursos suficientes para adquirirem os produtos ofertados, gerando uma crise de subconsumo.

3.5 – Terceirização Produtiva e Cooperativas de Trabalho

A terceirização surge como forma criativa de buscar flexibilidade nas relações de trabalho, que estejam de acordo com a realidade do mercado de trabalho, oferecendo igualmente um respaldo jurídico nessa relação. Essas soluções devem ser, sob o ponto de vista patronal, competitivas em termos de custos e qualificação de pessoal, enquanto que sob a ótica dos trabalhadores devem aumentar as oportunidades de emprego e propiciar condições adequadas de trabalho e remuneração.

Saratt & Moraes (1997, pg.31) definem a terceirização como sendo “...uma ferramenta de gestão que prevê a compra de serviços especializados, permitindo à empresa concentrar energia em sua principal vocação”. Neste caso, as empresas contratadas realizariam todas as tarefas não vinculadas à atividade fim da empresa contratante. No entanto, essas empresas terceirizadas estão a cada dia substituindo um número maior de funcionários efetivos, na realização de tarefas de natureza legal discutível, tanto no que se refere aos produtos finais da atividade organizacional, quanto às formas e condições dos contratos firmados.

Silva e Almeida (1997, p.08) conceituam terceirização como “Contratação de outras pessoas ou empresas para a realização de atividades não fins em qualquer organização”.

Para Giosa (1997, pg.14) a terceirização pode ser destacada como “ a tendência de transferir, para terceiros, atividades que não fazem parte do negócio principal da empresa, ou como uma tendência moderna que consiste na concentração de esforços nas atividades essenciais, delegando a terceiros as complementares, ou ainda, é um processo de gestão pelo qual se repassam algumas atividades para terceiros – com os quais se estabelece uma relação de parceria – ficando a empresa concentrada apenas em tarefas essencialmente ligadas ao negócio que atuam”.

Segundo Leiria (1993, p.21) “Algumas empresas, principalmente as grandes indústrias, já descobriram as vantagens de adotar a contratação de terceiros. Na verdade o que se quer demonstrar é que não há qualquer magia na terceirização. Seu princípio é até de uma singeleza desconcertante, dizendo que tudo que não constitui atividade essencial para um negócio, pode ser confiado a terceiros”. Conforme o autor, o resultado do enxugamento da mão-de-obra não significa necessariamente aumento de desemprego na comunidade.

Esse autor parece demasiadamente otimista nos casos apresentados de sucesso nas terceirizações e na simplicidade dos processos. Na verdade, estudos demonstram situações contraditórias em terceirizações que não atingiram seus objetivos no que se refere à qualidade nos serviços e produtos, tampouco na redução de custos. O descontentamento dos trabalhadores, quando da terceirização através de empresas de trabalhos temporários, situa-se principalmente em dois pontos: baixa remuneração e reduzidas garantias sociais, quando estas existem.

Quanto às empresas, as demandas de processos trabalhistas e os julgamentos com base nos termos do enunciado da CLT, número 256, têm obrigado muitos a repensar a questão das terceirizações.

O que se pode perceber é que, com o advento das cooperativas de trabalho, a terceirização de processos está tomando dimensões jamais vistas pela sociedade. No

entanto, esse modelo também não conquistou unanimidade entre representantes sindicais, trabalhadores, empregadores e legisladores.

Isso não diz respeito só ao Brasil. Também em termos mundiais a terceirização através das cooperativas de trabalho é controvertida. Vários países reconhecem a especificidade do trabalho cooperativo e muitos outros determinam que os direitos mínimos dos associados das mesmas sejam aqueles previstos na legislação do trabalho subordinado.

Segundo Singer (1999) as cooperativas só podem emergir de iniciativas espontâneas dos próprios trabalhadores baseadas na liberdade e a autogestão. Ainda segundo esse autor o cooperativismo é a saída para a organização da sociedade. Entretanto Lima (1998) saliente que o cooperativismo é a substituição do trabalho assalariado pelo autônomo e a conseqüente precarização do trabalho. Lima indica que essa modalidade representa um retrocesso frente ao trabalho.

O ideal seria uma legislação específica para cooperativas de trabalho que regulasse o conteúdo mínimo dos direitos do associado desse tipo de entidade. Enquanto isso não ocorre, não se deve esquecer duas realidades, ao que tendo indico indiscutíveis: primeiro, o trabalho subordinado não é a única forma de proteger o trabalhador contra a exploração ilegítima do capital, podendo o cooperativismo ser uma ferramenta social útil, no mesmo sentido; segundo, a aplicabilidade dos princípios e valores da doutrina cooperativista já foi comprovada como viável, bastando então que se incentive a sua ampla divulgação, para que os “aproveitadores” do sistema não se instalem e denigrem a imagem do cooperativismo, nem precarizem ainda mais as relações de trabalho terceirizado.

CAPÍTULO IV

4 – COOPERATIVAS DE TRABALHO NA INDÚSTRIA TÊXTIL-VESTUARISTA CATARINENSE

Esse capítulo corresponde à primeira parte da pesquisa empírica, sobre a indústria Têxtil-vesturista de Santa Catarina, mais restrito a região do Médio Vale do Itajaí. Baseado nas entrevistas procurou-se observar principalmente o caráter cooperativo como saída para crise do trabalho ou como agravamento da precarização.

4.1 - Características da indústria têxtil

O principal marco que condicionou o dinamismo do setor têxtil nos anos 90 foi a política de abertura comercial. No início da década de 90, o governo decidiu implementar de forma acelerada um programa de redução das alíquotas de importação de produtos da cadeia têxtil-vestuário. Além disso, a abertura comercial ocorreu em um momento de retração da demanda doméstica, o que, para um setor como o têxtil, cujo dinamismo é dado pelo mercado interno, significou efeitos danosos sobre a capacidade de auto-financiamento das empresas e, conseqüentemente, sobre a capacidade de responder ativamente aos desafios colocadas pela nova situação de economia aberta.

O resultado desse processo foi uma redução significativa do número de estabelecimentos do setor, acompanhada por uma queda mais que proporcional no nível de emprego. É verdade que parte dos postos de trabalho destruídos refletem os esforços de modernização das empresas, que passaram a utilizar tecnologias fortemente poupadoras de mão-de-obra. Porém, parte significativa da redução do nível de emprego resultou da desestruturação da cadeia produtiva, especialmente por meio da substituição da produção nacional pelas importações.

De acordo com o argumento oficial⁵, esses déficits comerciais e os outros desequilíbrios gerados sobre a estrutura industrial brasileira nos anos 90 representam etapas de um processo de reestruturação mais amplo. Inicialmente, a abertura comercial teria o efeito de destruir as capacidades antigas, o que geraria desequilíbrios de caráter temporário, como a redução do nível de produção e a ocorrência de saldos comerciais

⁵ Ver p.e. Barros e Goldenstein, 1997 ou Moreira, 1999.

negativos. Em seguida, essa estrutura se modernizaria, criando novas capacitações, de modo que os déficits comerciais seriam novamente revertidos. Dessa forma, os movimentos da indústria brasileira ao longo dos anos 90 representariam apenas um período de transição e adaptação para uma nova concorrência. De todo modo, a abertura comercial provocou uma forte redução do nível de produção, em virtude principalmente da substituição do produto nacional pelas importações.

Essa observação é fundamental para a análise da indústria têxtil, já que a redução do nível de emprego que o setor apresentou ao longo da década de 90 está vinculada a dois fatores: (i) à redução do nível de produção⁶; e (ii) ao esforço de modernização do parque de máquinas por parte das empresas do setor.

Os dados de emprego devem ser analisados, já que se pode tomar a redução do nível de emprego como um resultado do esforço de modernização das empresas do setor, já que as tecnologias que passaram a ser utilizadas são fortemente poupadoras de mão-de-obra⁷.

Todavia, esse fato explica apenas parte da redução dos postos de trabalho, já que outra parte, também significativa, é resultado da eliminação de pequenas e médias empresas e do aumento das importações de produtos. A redução da produção do setor no período corrobora essa impressão. Esse é outro elemento que representa a eliminação de parte da cadeia produtiva têxtil-vestuário, com amplos efeitos negativos no que diz respeito à sua capacidade de geração de emprego e renda. Além disso, outra tendência que vem sendo verificada, que faz parte do processo de reestruturação da indústria é terceirização da produção.

As formas de terceirização da produção, constituem parte das estratégias das empresas com o objetivo de reduzir custos. No segmento que usa mão-de-obra intensiva – têxtil-vestuarista, por exemplo - uma parte importante do custo de produção é determinado pelos encargos sociais e pelos salários. Ao repassarem para terceiros, pagam cerca de 30% a menos, em relação ao que pagariam se fosse produzido internamente. Em forma de cascata, há redução de preços até chegar à costureira, e o

⁶ A redução do nível de produção física de tecidos foi da ordem de 7% e de fios de 17% no período 1989-95 (Gorini e Siqueira, 1998).

⁷ Vale ressaltar que os avanços tecnológicos verificados no período recente nos segmentos de fiação e tecelagem tornaram o setor mais intensivo em capital, o que justifica a perda de parte dos postos de trabalho nesses segmentos.

não pagamento de encargos sociais e impostos, pela empresa contratada, refletirá na perda de benefícios que eram oferecidos pela empresa contratante.

Um dos segmentos industriais em que a reestruturação se fez notar com mais intensidade, e em que, tendo em vista a grande intensidade de mão-de-obra que lhe caracteriza, as consequências sociais das mudanças revelaram-se especialmente dramáticas, foi o de confecções, integrante da cadeia têxtil, de presença histórica e proeminente em Santa Catarina. Tal perfil estimulou a opção por esse segmento para uma abordagem empírica sobre o significado do trabalho em cooperativas para os trabalhadores.

4.2 - Cooperativas de trabalho em Santa Catarina

As cooperativas de trabalho, em Santa Catarina, na década de 1990, multiplicaram-se por sete e o número de associados mais de dez vezes, de acordo com a Tabela 1. Essa modalidade alcançou posição de destaque na Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC).

Em escala regional, assim como em escala nacional, o crescimento das cooperativas resultou das dificuldades preconizadas durante as reações às mudanças macroeconômicas e a concorrência crescente das empresas. A reestruturação gerou grandes demissões pelas tentativas de modernização nas estruturas produtivas e organizacionais. A tendência da externalização da produção somada a crise das oportunidades de emprego, levaram ao aumento notável do número de cooperativas de trabalho.

Tabela 1: Expansão das cooperativas de trabalho em Santa Catarina nos anos 1990 (dados de 31 de dezembro)

Indicadores	Total de Cooperativas		Cooperativas de Trabalho			
	Nº de Coopera-tivas	N º de Co-operados (mil)	Cooperativas		Cooperados	
			Número	% sobre o total	Número (mil)	% sobre o total
Anos						
1992	176	274,8	12	6,8	2,3	0,8
1993	170	269,7	11	6,5	2,8	1,1
1994	181	297,7	18	9,9	3,0	1,0
1995	173	296,2	19	11,0	2,4	0,8
1996	200	306,8	34	17,0	4,2	1,4
1997	274	327,5	77	28,1	15,1	4,6
1998	301	350,8	89	29,6	20,6	5,9
1999	300	372,6	86	28,7	25,2	6,8

Fonte: OCESC (www.ocesc.org.br/estatisticas.htm)

4.3 - Cooperativas de trabalho no segmento de confecções: análise das entrevistas

Essa monografia utiliza dados da pesquisa de campo coletados no Vale do Itajaí e grande Florianópolis, durante projeto de pesquisa UFSC/PIBIC/CNPq, em novembro de 2000 e abril de 2001⁸.

As cooperativas entrevistadas pertencem ao setor de confecções, distribuídas na grande Florianópolis (2 cooperativas), na área de Tijucas (2 cooperativas) e a maior parte no Vale do Itajaí (7 cooperativas), mais importante área de produção de têxtil-vestuarista em Santa Catarina. Todas tinham sido criadas entre 1996 e 1999. O principal objetivo da criação foi gerar oportunidade de renda para as pessoas, na maioria com atividades até então domésticas. Com integrantes, na maioria, mulheres a atividade industrial dividia-se entre os afazeres na agricultura (5 casos). A cooperativa da Grande Florianópolis é única exceção ao objetivo indicado, pois surgiu da falência de uma antiga fábrica, e o motivo foi a manutenção dos empregos. A participação externa na criação das cooperativas é uma constante, contando com única exceção as cooperativas da Grande Florianópolis, todas as outras contaram com apoio e estímulo de autoridades

⁸ As entrevistas foram realizadas por José Paulo Fagundes e Odirlei Farinea, alunos do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsistas de Iniciação Científica em projeto de pesquisa intitulado “Cooperativas de Trabalho na Indústria Têxtil-Vestuarista de Santa Catarina”, coordenado pelo Prof. Dr. Hoyoedo Nunes Lins. Também participou o aluno do Noslei Dalmagro Verdieri, aluno do mesmo curso, embora sem bolsa.

municipais e regionais, da OCESC em alguns casos. Ainda, notou-se a presença de funcionários das empresas contratantes principais interessadas no bom funcionamento das cooperativas. Em quase todas não se encontrou folgas financeiras, somente uma cooperativa possuía reservas (Tabela 2). Além das dificuldades na gestão e no controle, poucas cooperativas tinham dependências próprias utilizando instalações emprestadas por prefeituras e máquinas cedidas em regime de Comodato pelas empresas contratantes, reforçando os laços de exclusividade. Entretanto, quase todas fizeram investimentos em máquinas, equipamentos e instalações. As 11 cooperativas realizavam costura e as vezes modelagem e bordado, as duas últimas por cooperativas que não eram subcontratadas (Tabela 3). Essas cooperativas localizavam-se na Grande Florianópolis e produziam bonés, camisetas e bermudas sob encomendas, com as etiquetas dos clientes. As demais cooperativas produziam para empresas do Vale do Itajaí, dividindo-se entre as que costuravam para Hering (3 cooperativas), para Farfalla (2 cooperativas),e para Artex (3 cooperativas).

Tabela 2: Cooperativas de confecção em Santa Catarina: aspectos da criação e organização

Indicadores	Nº de cooperativas
Total de cooperativas observadas	11
Motivação básica da criação	
. gerar oportunidade de ocupação e renda	10
. conservar fonte de ocupação e renda, após falência do empregador	1
Participação externa na criação	
. não	1
. sim: Prefeituras Municipais	8
Rotary Club	2
SEBRAE-SC	1
Universidade	1
Empresas	1
Influência externa na gestão	
. não	6
. sim	5
Frequência das assembléias	
. mensal	5
. semestral ou superior	2
. irregular	4
Reservas financeiras	
. não	10
. sim	1

Fonte: Pesquisa direta nas cooperativas

O relacionamento entre cooperativas e as empresas que transferiam a produção, dava-se quase sempre de forma direta, embora em algumas vezes com auxílio de agentes externos (vereadores, representantes comerciais, prefeituras), com vínculos estáveis e duradouros. A maioria das cooperativas buscavam, elas próprias, os materiais e

entregavam os produtos prontos. A capacidade de conduzir suas atividades é preservada não permitindo interferência das empresas na produção. Outro aspecto observado que as próprias cooperativas controlavam a sua qualidade de produção em atividade que adquiria importância especial; por exemplo, em casos que o material saia pronto para expedição (isso ocorria com a produção para Artex), embora a fiscalização também se realizasse na empresa. Por outro lado, as relações eram sazonais representando pouca estabilidade nos rendimentos dos associados (Tabela 4).

Tabela 3: Cooperativas de confecção em Santa Catarina: patrimônio e atividades

Indicadores	Nº de cooperativas
Total de cooperativas observadas	11
Instalações	
. próprias	2
. alugadas ou emprestadas	9
Maquinário	
. totalmente próprio	5
. total ou parcialmente emprestado ou cedido em comodato por empresas	6
Principais atividades realizadas	
. costura	11
. acabamento	4
. modelagem	2
. bordado	1
Clientes	
. empresas industriais que transferem produção	9
. empresas comerciais e outras que encomendam produtos	1
. consumidores	1

Fonte: Pesquisa direta nas cooperativas

De qualquer maneira, trabalhar na cooperativa representava vantagem para os associados (Tabela 5). O aumento da renda apareceu sempre como principal motivo comparativamente à situação anterior. O aumento dos rendimentos ofuscou outras vantagens, como a independência adquirida na direção dos destinos do empreendimento e a flexibilidade de horário proporcionada. Em 8 cooperativas indentificou-se a importância das mesmas frente às possibilidades de emprego assalariado, principalmente no Vale do Itajaí, onde foi intensa a reestruturação industrial. A precariedade nas condições de trabalho foi observada em 5 cooperativas devido à falta de registro em carteira, à supressão dos benefícios e o problema da instabilidade. A insegurança em relação ao futuro também foi motivo para diminuição do número de associados. A interrogação sobre a preferência entre o trabalho em cooperativa e a condição assalariada, ficou bem distribuída entre os entrevistados: em 5 cooperativas a

maioria das associadas optaria pelo assalariamento, se fosse possível, e em 3 as opiniões mostraram-se divididas. Os poucos estímulos ao aperfeiçoamento profissional no âmbito das cooperativas (quando há, restringe-se a um ou outro curso de corte e costura, às vezes nas empresas que transferem a produção), e os escassos serviços oferecidos aos associados (quase sempre limitados ao recolhimento do INSS) contribuem para falta de consciência do que é cooperativismo.

Tabela 4: Cooperativas de confecção em Santa Catarina que operam para empresas industriais que transferem atividades produtivas: características dos vínculos

Indicadores	Nº de cooperativas
Total de cooperativas observadas	9
Relação entre cooperativas e empresas	
. direta	7
. indireta	2
Organização do fluxo de materiais e produtos	
. cooperativa pega o material na empresa e leva a produção	7
. empresa leva o material e recolhe a produção	2
Materiais distribuídos pelas empresas	
. peças de artigos de vestuário cortadas	9
. materiais como linha e agulha	3
Definição dos prazos de entrega da produção	
. pela empresa	8
. definição conjunta empresa-cooperativa	1
Regularidade no recebimento de encomendas das empresas	
. sim	2
. não	7
Interferência das empresas nas atividades das cooperativas	
. sim	2
. não	7

Fonte: Pesquisa direta nas cooperativas

A figura que emerge é a heterogeneidade de significados das cooperativas para os trabalhadores. Reconheceu-se quase sempre que a cooperativa representa alternativa de ocupação e renda. Entretanto, indicou-se, simultaneamente, que representa também mais precariedade no trabalho, pois o caráter sazonal dos fluxos de renda, é fonte de incertezas. A percepção dos associados quanto a diferenciação do cooperativismo soma-se as diferentes cooperativas que configuram “casos” de empreendimentos heterogêneos, que certamente interfere no entendimento das pessoas sobre o significado do cooperativismo de trabalho.

Tabela 5: Cooperativas de confecção em Santa Catarina: significado do trabalho na cooperativa para

Indicadores	Nº de cooperativas
Total de cooperativas observadas	11
Opinião predominante sobre o significado do trabalho na cooperativa, comparativamente à anterior situação dos associados	
. é vantagem: pelo aumento na renda	11
pela independência adquirida	2
pela flexibilidade de horário	1
. é opção importante frente ao aumento do desemprego	8
. também significa problema, pela falta de registro em carteira, de benefícios e de estabilidade	5
Opinião predominante sobre a preferência dos associados entre o trabalho na cooperativa e o trabalho como assalariado, em um empresa	
. maior preferência pela condição assalariada	5
. maior preferência pela trabalho na cooperativa	3
. associados mostram-se divididos	3
Cooperativa estimula e/ou promove aperfeiçoamento profissional	
. não	6
. sim	5
Cooperativa oferece serviços aos associados	
. não	6
. sim	5

Fonte: Pesquisa direta nas cooperativas

4.4 – Uma ilustração da heterogeneidade das cooperativas de trabalho

A heterogeinidade e multiplicidade de situações pode ser esclarecida por uma abordagem mais detalhada. Escolheu-se as duas cooperativas localizadas na Grande Florianópolis: a Cooperativa de Serviços e Confecções (CAPCOOPER), no município de Palhoça, e a Cooperativa de Costura Industrial e Artesanal Ltda. (COOPVEST), no município de Florianópolis. A seleção para um exame mais minucioso deve-se ao fato de que as duas cooperativas são as únicas que desfrutam de maior independência por não estarem vinculadas com exclusividade a um empresa contratante.

4.4.1 - Capcooper

A CAPCOOPER foi criada em janeiro de 1999 a partir da falência de uma empresa. Por iniciativa dos seus funcionários, que tentavam assegurar a única fonte de trabalho e renda de que dispunham. Embora sem interferência externa, nem tudo ocorreu sem problemas de recursos e de manutenção da coesão do grupo. O crédito foi o

primeiro obstáculo, que fora resolvido com engajamento pessoal e recursos das recisões; uma providência que permitiu a compra de 8 máquinas (para costura e corte, entre outras) possibilitou também o aluguel das dependências utilizadas ainda hoje. A produção é toda feita sob encomenda para empresas clientes. A sazonalidade é característica dos pedidos. Os preços e prazos são definidos pelos clientes e encaminhados sem contratos de qualquer espécie o que fortalece a insegurança nas relações, embora o presidente tenha frisado que, apesar do caráter sazonal, as relações com as empresas têm se mantido estáveis ao longo do tempo. A questão qualidade e prazo, não representa problema para cooperativa o que estaria refletindo o desempenho dos controladores de qualidade da cooperativa. Todos os aspectos da rotina da cooperativa é deliberado em assembléia, assim como a organização em “células”, sendo a distribuição dos associados determinada também nesse âmbito, respeitadas a experiência e a capacidade técnica individual, mesmo que os associados desempenhem as mesmas rotinas. Trabalhar na cooperativa significa maior nível de renda para os associados, contudo o rendimento não é regular. A médio mensal é superior ao mercado regional estipulado pelo sindicato local passando de R\$ 270,00 para R\$ 440,00. As horas trabalhadas também ultrapassam o estipulado pelo sindicato; ainda assim, observou-se que a maioria desses prefere trabalhar na cooperativa, fato que não se deve apenas ao aumento de rendimentos mas também que agora os trabalhadores são donos do negócio. Entretanto, alguns associados prefeririam a condição de empregado pela regularidade no recebimento mensal. Entre o conjunto estudado a CAPCOOPER é a única cooperativa que possui fundo de reserva financeira usado em fases de baixa intensidade de trabalho.

4.4.2 - Coopvest

Através de um projeto da Prefeitura da Florianópolis que tinha como objetivo a profissionalização popular, surgiu em dezembro de 1998 a COOPVEST. Desse projeto saíam mulheres com cursos de costura que tinham problemas para se inserir no mercado de trabalho, pelos baixos nível educacional e formação profissional, o que levou a coordenação do projeto buscar como alternativa uma estrutura cooperativa. A COOPVEST desde o início apresentou muitas dificuldades financeiras, apesar do auxílio da Prefeitura nos aluguéis das dependências de produção e comercialização; no apoio em estilismo e modelagem e na produção, com o empréstimo de 16 máquinas de costura.

A produção é composta por diferentes artigos para vestuário geralmente com modelagem e acabamento simples, colocados direto no mercado. No início da COOPVEST a cooperativa foi sondada para participar das relações terceirização/subcontratação estruturadas pela Hering em diversas regiões de Santa Catarina. A defasagem do seu maquinário e ao precário conhecimento técnico foram decisivos na avaliação da empresa. A organização interna da cooperativa é irregular com dificuldades para reunir todas as associadas na sede para realizar as tarefas, embora algumas realizem suas tarefas em casa ficou indicado que há perda de qualidade. O aproveitamento da experiência individual é o que mantém a produção, pois há enorme dificuldade na coesão das associadas que se torna maior com a irregularidade do comparecimento nas instalações, assim como o tempo de trabalho dispensado à estrutura cooperativa.

Assim como a irregularidade o recebimento também é incerto, pelo baixo número da produção associado a qualidade e todos os outros problemas já colocados. Com tanto problema é difícil verificar os benefícios das cooperadas, porém as egressas do cursos estariam, provavelmente, em piores condições. A soma desses fatos todos levam as associadas a preferir estar trabalhando como assalariadas, resultado encontrado pela maioria das que abandonaram o trabalho na cooperativa. As dificuldades enfrentadas e os pobres resultados explicam o fraco engajamento das costureiras na cooperativa. Segundo uma diretora que se disse “decepcionada com a cooperativa”, embora acredite no cooperativismo frente às condições do mercado de trabalho: “as associadas precisam de um chefe”.

CAPÍTULO V

5 - COOPERATIVAS DE TRABALHO NO SEGMENTO DE TECNOLOGIA

5.1 - A Indústria Internacional de Software

Conforme foi detectado por Pondé (1993), o setor de software apresenta considerável heterogeneidade, tanto do lado das empresas - coexistem empresas especializadas, unidades de fabricantes de hardware e empresas de serviços de distintos tamanhos - quanto do lado dos segmentos de mercado.

Segundo Niosi & Chéron (1998) a indústria de software é, provavelmente, o segmento de mais rápido crescimento nas economias industrializadas na década de 90. O ritmo de crescimento da indústria tem-se mantido elevado, em torno de 15% à 20% ao ano, embora não seja homogêneo entre os seus vários segmentos. Este dinamismo devem-se principalmente ao rápido avanço tecnológico das plataformas de hardware. O crescimento exponencial da capacidade de processamento cria uma enorme necessidade de novos programas, às vezes, até mesmo acima da capacidade de resposta da indústria de software (Pondé, 1993).

Ainda existem grandes diferenças na segmentação do mercado de software em cada país. Os Estados Unidos se caracterizam pela predominância do software de pacote. Já o mercado japonês é constituído basicamente de software por encomenda. A Europa situa-se em uma posição intermediária - mas a tendência ao aumento do peso do software de pacote vem se generalizando. O mercado mundial encontra-se extremamente concentrado em um grupo de seis países: Estados Unidos, Japão, França, Alemanha, Reino Unido e Itália (Pondé, 1993).

A liderança norte-americana na indústria de software é incontestável, pois suas empresas não só dominam os mercados domésticos como também atuam fortemente em mercados externos. Entre os fatores que alavancaram essa posição competitiva estão as economias de escala proporcionadas pelas dimensões da demanda local, os

investimentos em tecnologia de ponta estimulados pelos gastos militares e os recursos humanos gerados pelo sistema universitário. Além disso, a existência de mercados de *venture capital* (capital de risco) sofisticados favorece a expansão de pequenas empresas inovadoras, permitindo seu amadurecimento e transformação em empresas poderosas tanto em termos tecnológicos quanto financeiros (Pondé, 1993).

Depois dos Estados Unidos, os países com as bases locais mais sólidas de desenvolvimento de software são a França, que abriga três das dez maiores softwarehouses européias, e o Japão (OCDE, 1992). No Reino Unido, embora o percentual de receitas obtidas no exterior frente ao faturamento da indústria seja alto, as empresas existentes são pequenas para os padrões internacionais - e aquele percentual tem se mostrado declinante nos últimos anos. Quanto à indústria japonesa, deve-se destacar que a maior parte das capacitações está concentrada nos fabricantes de hardware.

A estrutura da indústria se caracteriza, então, pela presença de grandes corporações, que dominam os principais segmentos de mercado, ao mesmo tempo em que se multiplicam os espaços para a sobrevivência de um grande número de empresas marginais. Em suma, as barreiras à entrada não são elevadas, permitindo a proliferação de empresas pequenas e médias, mas existem significativas barreiras ao crescimento, de modo que as grandes empresas dominam os principais mercados.

O elemento dinâmico que remodela continuamente tal estrutura é o surgimento incessante de novos produtos e segmentos de mercado. Segundo Quinn (1998), o software tornou-se um elemento central para o processo de inovação em geral, desde a pesquisa básica até a personalização de produtos. Para o autor, ele tem o potencial de reduzir custos, ciclos de produtos e riscos, denotando, assim, uma demanda crescente por inovações em software.

Segundo Pavitt (1994), as empresas produtoras de software são, em geral, pequenas e possuem clientes altamente sensíveis à performance de seus produtos. O principal foco estratégico destas empresas é o melhoramento de produtos, onde está sua principal fonte de acumulação tecnológica. Para tal, as atividades relacionadas a engenharia reversa são cruciais, valorizando o aprendizado com usuários e empresas

mais avançadas. Assim, as empresas buscam monitorar as necessidades de seus usuários e integrar novas tecnologias em seus produtos.

No Brasil, o mercado para software amplia-se constantemente. Entretanto, o acesso às novas tecnologias é dificultado, e as empresas buscam acompanhar o desenvolvimento tecnológico externo através de processos imitativos.

5.2 - O Setor de Software no Brasil

Os setores de alta tecnologia, como o de software, foram os mais ameaçados pela prolongada crise econômica brasileira, justamente por estarem vinculados à incorporação de inovações tecnológicas na indústria em geral. Contudo, Coutinho & Ferraz (1994) afirmam que o segmento de software brasileiro possui perspectivas favoráveis, na medida em que as empresas busquem utilizar as suas capacitações tecnológicas acumuladas na construção de vantagens competitivas a partir de produtos diferenciados e originais.

Por outro lado, é um segmento que apresenta tendência de expressivo crescimento no país. Para 2002, estima-se uma taxa de crescimento da ordem de 40% em relação a 2001. Segundo estimativas do Programa Nacional de Software para Exportação (Softex), o setor nacional de software (ano-base 2000) possui características relevantes. Conforme foi constatado, neste setor atuam mais de 3.500 empresas, com vendas estimadas em US\$ 2,5 bilhões, empregando em torno de 110.000 pessoas em todo o país, 50,8% das quais com nível superior.

Como no resto do mundo, a indústria de software no Brasil se caracteriza por ser intensiva em mão-de-obra qualificada. Segundo os dados coletados pela Secretaria de Política de Informática e Automação (Sepin), do Ministério de Ciência e Tecnologia, em 2000, a parcela do pessoal ocupado na indústria brasileira de software que possuía no mínimo graduação em algum curso de ensino superior chegava a 88,1%.

Um fator que favorece estas empresas, a grande maioria de pequeno porte, é que as novas tecnologias, vinculadas ao setor de software, têm se revelado menos complexas para os que desenvolvem novos produtos. Isto permite que seja reduzido o porte mínimo que uma companhia precisa ter para funcionar com rentabilidade.

É importante ressaltar que diversas amostras efetuadas pela Secretaria de Política de Informática e Automação (Sepin) apontam para um perfil do setor composto em mais de 90% por micro e pequenas empresas, inclusive aquelas com menos de 50 empregados e faturamento inferior a US\$ 4 milhões anuais. Mesmo com as poucas informações disponíveis, é possível verificar que o perfil interno deste setor brasileiro se aproxima das características apresentadas internacionalmente, especialmente pela maciça participação de pequenas empresas. Foi constatado que, na maioria dos casos, as empresas são formadas a partir da associação de técnicos de nível superior que, em função da inexistência de barreiras à entrada em boa parte dos segmentos, deixam empregos anteriores, ou mesmo as universidades, para a montagem de seus próprios negócios.

Acredita-se que o grande estímulo para o surgimento desses novos negócios é que o conhecimento, as técnicas e as ferramentas para o desenvolvimento de programas estão relativamente disponíveis para pequenas e médias empresas que sejam capazes de lançar produtos diferenciados.

Segundo Pondé (1993, p.65)

“A conquista do grosso do mercado brasileiro pelo software importado não tem levado à destruição extensiva das empresas nacionais. A sobrevivência de um importante núcleo de empresas relativamente inovadoras, várias delas já dando seus primeiros passos nos mercados externos, mostra que existe um potencial, principalmente em termos de capacitação técnica, para galgar patamares superiores de competitividade”.

Desta forma, a flexibilidade e principalmente a criatividade dos profissionais brasileiros, podem contribuir para gerar um diferencial em favor dos produtos brasileiros. Conforme constataram Costa, Reigada e Weber (1995) os profissionais brasileiros caracterizam-se por possuir elevado potencial de criatividade, especialmente quando voltados a atividades técnicas.

5.3 - Cooperativas de trabalho no segmento de Tecnologia

Assim como no segmento de confecções, pesquisa de campo procurou envolver um número considerável de cooperativas ligadas ao setor de software, distribuídas em uma mesma região, mas o dinamismo e o conteúdo tecnológico das cooperativas vinculadas levaram à ampliação da área de observação. Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul encontram-se duas das mais importantes cooperativas desse gênero do Brasil (2 cooperativas); em São Paulo há outras três (2 cooperativas na capital e outra na região de campinas). Uma das encontradas no Rio Grande do Sul era filial de uma cooperativa paulista. Todas tinham sido criadas entre 1993 e 1996.

O objetivo de gerar oportunidade de ocupação e renda para os associados esteve presente em todas as iniciativas de criação dessas cooperativas, conforme captados pelas entrevistas. No entanto, observou-se numa cooperativa paulista (com filial no RS e em outros estados) que as pessoas (principalmente a direção) colocavam a liberdade como o único objetivo, quando de sua criação, e a assensão da *empresa* como o segundo objetivo após os resultados atuais. Os integrantes destas cooperativas, assim como as do grupo têxtil-vestuarista⁹, também estavam desempregados, e a grande maioria ocupava cargo de certa representatividade nos seus setores. O atual presidente de uma delas frequentemente aparece em capas de revistas especializadas em informática ou em cooperativismo, no Brasil e no exterior.

Em todas as cooperativas o apoio externo aconteceu na forma de consultoria, mas sem que isso implicasse interferência nas decisões dos associados. A definição dos estatutos ocorrem, em todas, a partir de palestras da OCESP/OCERGS. Somente após a compreensão de todos os passos é que foram realizadas as assembléias para definí-los, em uma das cooperativas o estatuto foi elaborado e votado durante uma semana por todos os associados, em voto aberto, em período ininterrupto.

Os apoios recebidos após as definições dos estatutos foram significativos para todas as cooperativas¹⁰, possibilitando a entrada no mercado, considerado um dos mais competitivos e de relativo investimento. O apoio financeiro, no entanto, partiu do governo, em três casos do federal, via Banco do Brasil, com linhas de crédito para empresas (Pessoa Jurídica) uma vez que o financiamento para cooperativas, no momento, por problemas legislativos, não existe ou não enquadra a cooperativa como disse um gerente de PJ do Banco do Brasil.

Com os recursos às disposição, as cooperativas decidiram em assembléia, todas, onde seriam usadas as primeiras parcelas. Em quatro delas o treinamento/reciclagem dos associados foram o primeiro passo. Em outra, equipamentos foram adquiridos, usando um escritório de consultoria como modelo. O treinamento teve apoio das Universidades (UFRJ e UFRGS) e aquisição dos equipamentos teve dificuldades que

⁹ Ref. Cooperativas de segmento de confecções

¹⁰ sebrae, ocesp, ocergs, UFRJ, UFRGS, GOV. FEDERAL E GOV. ESTADUAIS

foram equacionadas pelo SEBRAE – SP, quanto ao desenvolvimento gerencial e negocial do empreendimento, um misto das Universidades e do SEBRAE

No aspecto financeiro, um pouco difícil de se obter informações, todas tiveram dificuldades mas nos últimos anos tem apresentado resultados muito positivos. Todas com muitos benefícios a seus associados, entre eles vale alimentação, vale combustível, convênio médico / odontológico, uma delas ainda paga parte das mensalidade de cursos univesitários e pós-graduacao de seus associados. O caso mais espetacular é da maior cooperativa que tem plano de aposentadoria próprio, fato que exploraremos mais adiante.

Tabela 6: Cooperativas de Tecnologia: aspectos da criação e organização

Indicadores	Nº de cooperativas
Total de cooperativas observadas	5
Motivação básica da criação	
. gerar oportunidade de ocupação e renda	5
. conservar fonte de ocupação e renda, após falência do empregador	0
Participação externa na criação	
. não	
. sim: Prefeituras Municipais	1
Rotary Club	0
SEBRAE-SC	1
Universidade	3
Empresas	0
Influência externa na gestão	
. não	5
. sim	0
Frequência das assembléias	
. mensal	5
. semestral ou superior	0
. irregular	0
Reservas financeiras	
. não	0
. sim	5

Fonte: Pesquisa direta nas cooperativas

Enquanto suas co-irmãs do setor têxtil-vestuarista não tinham, ou poucas tinham, suas próprias dependências e disponham de maquinario emprestado ou cedido por outros órgãos, as cooperativas de tecnologia ostentam equipamentos de ultima geração (Hardware) e programas (Software) caríssimos. Na cooperativa de Santa Catarina o presidente mostrava orgulhoso a nova sede – um lindo prédio concebido sob medida para atividade desenvolvida – e carros novos comprados para atender as necessidades de viagens pelo estado e ate mesmo São Paulo onde tem um bom numero de clientes –

cinco volkswagem parati com plásticos nos bancos de tão novas. As outras, com exceção da maior, tinham dependências e equipamentos do porte da cooperativa catarinense.

Dentre os motivos de orgulho dos associados, quanto as suas dependências, estiveram presentes em todas as entrevistas as condições de trabalho. “O que foi adquirido, foi para beneficiar o associado, não para aumentar o capital”, diz um associado. Ficou evidente em uma delas a preocupação com o estado clínico de seus associados, uma vez que trabalham sob forte tensão do mercado e da própria atividade. Durante a entrevista realizava-se em uma delas a semana *PIT STOP*, onde todos antes de começar o expediente passavam por avaliação de um médico. Em outra, a aquisição de automóveis Parati ocorreu com base em avaliação sobre o conforto dos que estariam viajando, a segurança e as condições para os equipamentos.

Se todas ostentavam patrimônio invejável, algumas delas ainda tinham planos de investimentos muito altos. Embora fosse difícil, conseguiu-se identificar um desses planos durante o *interrogatorio*, conforme um diretor definiu a entrevista realizada. Uma cooperativa estava se preparando para entrar na robótica, ramo da informática totalmente dominada pelos EUA , JAPAO e ALEMANHA, tendo como possível cliente uma linha de montagem de automóveis do Paraná

As atividades desenvolvidas pelas cooperativas são muitas, mas certamente as mais lucrativas são as de desenvolvimento de programas personalizados, *genéricos* e consertos, além de consultoria a pequenas e médias empresas para desenvolvimento e tratamento de informações, este ultimo muito badalado nas rodas virtuais e nas universidades – Sistemas de Informação. Como complemento, todas prestavam serviços de digitação, armazenamento, assessoria para equipamentos, treinamentos e algumas mantinham nas próprias dependências cursos aberto ao público de informática geral e outras, lojas de equipamentos.

Todos esses serviços prestados, segundo os entrevistados em nível de direção, agradam muito os clientes, principalmente pela dedicacao e comprometimento com a empresa contratante. Dentre estes clientes pode-se citar, para cooperativa de Santa Catarina, o BESC, a empresa Portobelo e o Banco do Brasil-SC, entre outros, inclusive

em São Paulo onde não possível identificar a clientela. No entanto, a maior delas tem uma carteira de clientes que, no início, já impressiona, entre eles a Marinha do Brasil, o Citibank, o Bank of Boston, a Petrobras e o Opportunity Asset Management.

Tabela 7: Cooperativas de Tecnologia: patrimônio e atividades

Indicadores	Nº de cooperativas
Total de cooperativas observadas	5
Instalações	
. próprias	5
. alugadas ou emprestadas	0
Equipamento	
. totalmente próprio	5
. total ou parcialmente emprestado ou cedido em comodato por empresas	0
Principais atividades realizadas	
. digitacao	5
. armazenamento	5
. desenvolvimento	5
. consultoria	5
. venda/conserto de equipamentos	2
Clientes	
. empresas industriais	4
. empresas comerciais	3
. empresas financeiras e bancarias	4
. ministerios e orgaos publicos	1
. consumidores	2

Fonte: Pesquisa direta nas cooperativas

O relacionamento cooperativa/empresa, apresenta-se sempre de forma direta. A maioria delas (quatro) presta serviços e consultoria, mediante acordo firmado. Nesses contratos, disse o presidente de uma das cooperativas, estão definidos que tipos de serviços, material, utilitários e aplicativos, desenvolvimento, horário e local, enfim tudo o que integra o relacionamento das partes. A maior das cooperativas participa com tudo, disse o seu presidente, do local ao material utilizado. Entretanto, admitem que utilizava dependência de algumas empresas por exigências e devido a operacionalização da logística. Mas não admite a intervenção nas suas atividades, sendo inclusive o motivo do fechamento dos escritórios nos EUA a constante tentativa de mudar as regras dentro da cooperativa.

Dentro da política das cooperativas, perguntou-se aos associados se trabalhar ali seria melhor que em uma empresa do mesmo setor, no mesmo cargo. E a resposta no metade dos casos foi positiva, surpreendente para quem testemunhou o caso das cooperativas do setor têxtil-vestuarista. Os associados *descontentes* explicaram alegando que suas funções e seus conhecimentos em uma empresa privada lhes

resultariam em salários três vezes maiores e com maior prestígio. “Aqui nós temos tudo que precisamos para desenvolver nosso trabalho muito bem, mas não somos conhecidos por isso”, disse um dos entrevistados, revelando o individualismo reprimido pelo coletivo. Este associado, mais tarde identificado como um dos mais importantes no desenvolvimento de produtos, deixou claro sua vontade de ter o reconhecimento individual.

A outra metade demonstrou extrema satisfação com a cooperativa, sua posição e seus ganhos, que aliás, em algumas delas puderam ser identificados como sendo mais de R\$ 30.000,00 por ano (por ano pois seus ganhos não são regulares). Além destas vantagens todas as cooperativas promovem o aperfeiçoamento dos seus integrantes, pois isso foi considerado peça importante no diferencial de competitividade. “A atualização neste setor é mercadoria que vendemos caro”, gritou um dos diretores da maior cooperativa, em tom de satisfação com seus colegas, como ele chama.

Embora alguns tenham ambições maiores, todos os associados afirmaram que trabalhar na cooperativa é vantagem (Tabela 8) no atual contexto do Brasil. “A possibilidade de decidir o que fazer e onde que investir nesta fase que passamos (econômica do Brasil) é um diferencial para nos manter no mercado, disse um associado.

A conclusão que chegamos, quanto a este segmento, é que a cooperativa representa liberdade, renda e possibilidades. O tratamento dado aos princípios cooperativos é discutido em assembléia, é democrático, poucos demonstraram descontentamento ou a possibilidade de trocar pelo assalariamento, e há satisfação com os rumos do cooperativismo. De todo modo alguns associados acham que deveriam ganhar mais.

O principal obstáculo foi financeiro. Inicialmente, foram usados recursos próprios originário das rescisões e do seguro desemprego. A compra de poucos equipamentos – já usados, na maioria – proporcionou o primeiro contrato com uma empresa na condição de prestador de serviços de digitação. Os digitadores eram os primeiros fundadores, na sua maioria graduados em ciências da computação, em engenharia elétrica e em engenharia de sistemas. Após o primeiro contrato, o financiamento foi inevitável, obtido no Banco do Brasil que concedeu empréstimo a longo prazo para os associados, não para a cooperativa, representando recursos que foram investidos em treinamento de novos associados, compra de equipamentos de última geração, veículos e aluguel de uma sede já que a primeira ficava na garagem da residência do presidente.

No segundo ano de funcionamento a UNIWAY auto denominou-se uma organização empresarial com atuação em duas grandes linhas de negócios: tecnologia da informação (Uniway Ltda) e gestão empresarial (Uniwork), prestando serviços especializados com amplo reconhecimento no mercado. A cooperativa, que iniciara as suas atividades em uma garagem, tem hoje mais de 3.000 profissionais, entre graduados em computação, engenheiros, administradores, economistas, digitadores, motoristas, técnicos e relações públicas.

Entre os 200 clientes conquistados estão renomados bancos, importantes ministérios, grandes empresas e outras importantes instituições: Banco Brasil, Santander, Boston, Banrisul, CEF, Citibank, Opportunity, Advocacia Geral da União, American Express, Cia Paraibuna de Metais, Copasa, Embratel, Globo.com, Grupo Verdi, Ipea, Schering Plough, Marinha do Brasil, Michelin, Ministério da Cultura – Educação – Esporte e Turismo – Saúde – Meio Ambiente – Transporte – SEBRAE – Telebras – Sesi – OCB e ACI, entre tantas outras. ACI – associação cooperativas internacional é cliente da Uniway que disputou concorrência com todas as empresas do mundo segundo seu presidente.

Atuando em diversas áreas de negócios¹¹, e atendendo em diferentes locais, a Uniway abriu escritórios em quatro Estados e no Distrito Federal – SP, RJ, RS, MG – e

¹¹ Bancos, Comunicações, Construção civil, Financeira, Governo, Manufatura, Petroquímica, Seguradora, Serviços, e Telecomunicações.

abriu também outros dois no exterior que, estavam sendo fechados na semana em que foi realizada a entrevista por divergir dos métodos das empresas contratantes. A filial de Porto Alegre¹² e a matriz de São Paulo¹³ foram objetos dessa pesquisa.

A filial de Porto Alegre foi inaugurada em 1994 para atender clientes importantes que exigiam decisões rápidas. Clientes como o Banrisul e as empresas petroquímicas de Triunfo foram os primeiros, e permanecem como tal, o que revela satisfação com os serviços. “Eles permanecem pela qualidade de nosso trabalho”, assinalou o Diretor de Desenvolvimento da unidade de instalada em Porto Alegre.

Quanto a qualidade, fica fácil observar pela quantidade de certificados nacionais e internacionais que são ostentados nas paredes, quase não havia lugar na sede de São Paulo para coloca-los. Entre eles alguns que são orgulho da *familia uniway* .. certificados¹⁴ DNV, Top de Qualidade, Rio Cooperativo, ACI, IDG, Siemens Qualidade/PNQ.

Além de todas as certificações recebidas pela cooperativa o seu corpo diretivo, principalmente seu presidente é figura constante nas revistas nacionais e internacionais falando sobre cooperativas e sobre informática. Em dezembro de 2001 a revista Info Exame dedicou duas páginas para tentar informar sobre como a cooperativa brasileira destacou-se no exterior, em ambiente tão competitivos e como desdobrou-se nas decisões que o mercado exige e a cooperativa impõe.

Por tanto êxito, o associado mereceu e a uniway criou um fundo de previdência próprio, a uniprevi administrada pelo Sul America Aetna Seguros e Previdencia S.A. A Uniway propicia a seus associados seguro individual, assistência funeral, seguro de incapacidade temporária, além de todos os benefícios médicos e odontológicos.

E, para manter a qualidade dos serviços e produtos, a uniway mantém o programa de educação, o Uniway Education. Este programa visa reciclar o associado e treinar funcionários de empresas contratantes. Os principais tópicos desse treinamento

¹² Rua Riachuelo, 1038 sala 402/403- uniwayrs@uniway.com.br

¹³ Rua Dr Geraldo Campos Moreira, 164 1º andar Brocklin - uniwaysp@uniway.com.br

¹⁴ DNV- conformidade com NBR ISO 9001, TOP – Instituto de qualidade IQ, RIO – reunião das cooperativas internacionais, ACI – das 253 a uniway foi destaque, IDG – das 100 maiores de informática, PNQ – conferida a uniway como a melhor fornecedora de 1998.

são: aprender com tecnologias emergentes, acompanhar as inovações e manter-se atualizado.

Segundo seu presidente a Uniway alcançou todos os degraus que se propôs devido ao alto grau de especialização de seus associados, parcerias com Universidades, instrutores respeitados, infra-estrutura de alto nível e manutenção, mesmo a altos custos, de um centro de treinamento completo com simuladores para reciclagem de seus associados. Cada profissional associado, no entanto, é responsável pelo exercício constante de avaliação do seu desempenho. “Você é o seu patrão literalmente”, diz Gustavo Monteiro da Costa, socio-fundador da Uniway.

CAPÍTULO VI

6 – SIGNIFICADO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO NA OPINIÃO DE ATORES QUE INTERAGEM COM ESSE TIPO DE COOPERATIVA

(Especialistas, representantes de federações, sindicalistas e tomadores de serviços)

Analisa-se, a seguir, as respostas às questões apresentadas a especialistas em cooperativas de trabalho, representantes de sindicatos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, representantes das federações de cooperativas de São Paulo e tomadores / Contratantes de serviços de cooperativas em SC e SP. Para enriquecer a análise sobre o significado das cooperativas de trabalho para os trabalhadores, buscou-se também conhecer os pontos de vista de agentes que se relacionam com essas cooperativas.

6.1 - Flexibilização do trabalho

Na questão do entendimento sobre flexibilização do trabalho obtiveram-se respostas distintas. Os representantes de sindicatos posicionaram-se contra a flexibilização, independentemente de forma ou modelo, com argumentos semelhantes. Alegou-se que, por exemplo: “a flexibilização somente vem para reduzir os direitos dos trabalhadores, e isso está acontecendo em todo o país, onde todos os dias os direitos históricos dos trabalhadores estão sendo ameaçados”.

a) “...tudo o que vem em função da flexibilização é para exploração (...) principalmente para o trabalhador, essa flexibilização significa simplesmente tirar direitos que já estão conquistados”.

b) “...a flexibilização nada mais é do que uma tentativa de voltar à velha forma de escravidão, o trabalhador trabalha, trabalha, só que naquela época tinha direito à alimentação”.

Entre os seis representantes de sindicatos, dois entrevistados não souberam posicionar-se quanto à flexibilização, pois desconheciam, segundo alegaram, o seu significado. Nos demais casos a expressão foi relacionada à precarização das condições

de trabalho e entendida como a flexibilização da legislação trabalhista, na qual toda mudança viria a reduzir salários, benefícios sociais (férias, 13º salário) e outras vantagens conquistadas.

Por outro lado, um posicionamento claro a favor da flexibilização das relações de trabalho ficou evidenciado nas respostas do primeiro grupo, formado por representantes de federações, especialistas e consultores. Para estes, observou-se que:

- a) “A flexibilização no trabalho pode ser justificada a partir das formas de trabalho que podem ser desenvolvidas, sendo uma delas o ramo cooperativista...”.
- b) “Flexibilização do trabalho seria (...) uma diversificação da capacidade da mão de obra dos cooperados”.
- c) “Nós temos que compreender que este momento histórico que nós vivemos da relação capital/trabalho, com certeza é um momento de flexibilização; não é só momento de nós fazermos uma avaliação da flexibilização, mas de nós trabalharmos com a flexibilização”.

Na primeira entrevista, o interlocutor (Representante da FETRABALHO) argumentou que se vive um momento histórico da relação capital/trabalho, onde se observou o seguinte: “Os contratadores do trabalho, ou seja, o capital, fez de sua parte uma grande descoberta e que vai mais ou menos nesta direção: eles pagam o trabalho e não mais o emprego, porque quando estavam pagando o emprego, eles estavam pagando demais pelo emprego de menos e estavam pagando de menos por um trabalho demais. Quando estavam pagando demais, estavam perdendo valores, e quando pagavam de menos, estavam perdendo em produtividade. Então decidiram pagar a produção e não mais o emprego”.

Esta concepção expõe uma interpretação racional do processo de produção, no qual o próprio entrevistado, representante de federação, afirma que a relação, hoje, é entre o capital, a produção e a produtividade. Salienta que a prestação de serviço deve ser especializada, competente, sem “amadorismos”, e que “as cooperativas de trabalho,

vão de fato prestar um bom serviço nessa flexibilização, mas vão ter de preparar, digamos assim, os seus trabalhadores”.

Percebe-se uma polaridade na interpretação da flexibilização e sua aplicabilidade, situando-se nesta a defesa dos interesses e ideais em jogo. Quem defende uma categoria inserida no mercado de trabalho, e quer aumento ou manutenção dos benefícios trabalhistas atuais, é contra qualquer mudança que represente risco de perda. Em outro pólo estão pessoas que, aparentemente, possuem uma visão parcial da realidade. Percebe-se nestas a preocupação com os que estão fora do mercado de trabalho e com a competitividade das empresas nacionais frente à internacionalização dos mercados, como forma de manter os níveis de produção, produtividade e emprego, mesmo de forma menos convencional.

Para os tomadores ou contratantes do trabalho cooperativado, percebe-se, via de regra, que a terceirização significa oportunidade de realização de trabalhos com contratação de pessoal que significa menor custo operacional. É o que sugerem, de fato declarações como as que seguem:

“Eu vejo hoje que o custo que as empresas têm em manter um empregado é muito alto.”

“Eu acho que [o trabalho cooperativado] é uma saída ótima, para quem, para o empregador, né?”.

“É a maneira mais prática que se tem, principalmente o poder público, de se fazer mais com menos recursos, como no caso dessas cooperativas, né. Então, é uma maneira que a gente tem de fazer um serviço bom com um custo mais baixo”.

Efetivamente, as respostas dos contratantes das cooperativas de trabalho confirmam parcialmente a hipótese deste trabalho de pesquisa. Nela, o modelo associativo é incentivado pelos poderes públicos e pelas empresas privadas porque representa redução dos custos na contratação da mão-de-obra, possibilitando à administração pública adequar-se aos recursos disponíveis (orçamento) e ao setor privado maximizar os resultados operacionais.

No entanto, os contratantes de serviço cooperativado demonstraram preocupação com as cooperativas de fachada e com a falta de fiscalização das

federações, pelo risco que incorrem em, estando a cooperativa constituída de forma irregular, fraude no contrato de trabalho.

6.2 – Precarização das Condições de trabalho

Para os entrevistados, a precarização das condições de trabalho significa perda de poder aquisitivo, perda de vantagens laborais (já mencionadas pelos representantes de sindicatos no item “flexibilização”), falta de segurança na continuidade das relações de trabalho e más condições no ambiente de trabalho, entre outras coisas. Há portanto, coerência nas respostas sobre o significado de precarização das condições de trabalho. As divergências surgem no momento em que os entrevistados começam a se posicionar sobre as causas da precarização.

Os representantes de sindicatos entendem que a precarização é de responsabilidade do governo, tendo um representante chegado a dizer que o governo não se importa com a pressão das empresas “que querem se modernizar em tudo, mas não investem no ser humano, querem transformar o ser humano em máquinas”. Consideram que o governo apoia a postura das empresas, quando estas pressam os trabalhadores para aumentar a produtividade, com conseqüente redução de vantagens ou benefícios sociais.

Em outros casos, a precarização está relacionada à falta de interesse dos empregadores em melhorar as condições de trabalho dos funcionários. Está também relacionada com as cooperativas de trabalho. Com exceção do representante do sindicato dos trabalhadores do segmento de confecções do Vale do Itajaí, que separa as cooperativas de trabalho em lícitas e ilícitas, os demais entendem que essas cooperativas servem como um instrumento das empresas para precarizar as condições de vida dos trabalhadores.

Para o representante de federação e para os especialistas, a precarização decorre da falta de empregos derivada da modernização tecnológica e da globalização. Quanto às cooperativas de trabalho, há entendimento de que “as cooperativas têm que ser instrumentos bem arrumados, senão ela leva à precarização”, ou ainda de que “tudo depende da conscientização deles (associados): se se conscientizarem que são

proprietários, que eles são cooperativados e precisam desse emprego, então eles cuidam para que as condições de trabalho sejam muito melhores do que quando eles eram regidos pela CLT”.

Concorda, no entanto, o representante de federação que “as cooperativas, quando elas são mal constituídas, mal organizadas e mal gerenciadas, também levam à precariedade das condições de trabalho”.

Os contratantes das cooperativas de trabalho entendem que a precarização de trabalho está relacionada às condições econômicas e sociais do país e aos altos encargos sociais incidentes sobre a contratação da mão-de-obra na forma prevista pela CLT. Um tomador de serviços argumentou que “deveria haver uma modificação na legislação trabalhista, que esses custos que existem em cima da mão-de-obra fossem eliminados ou reduzidos, e que os empregadores pudessem, através de negociações com os sindicatos, transferir parte disso para o funcionário, seja através de salários e direitos ou através da participação nos resultados”.

6.3 - Cooperativas de trabalho – O Ideário

Quanto ao ideário cooperativista, o representante do sindicato de confeccoes de Blumenau, sindicato organizador de uma das cooperativas, frisou que “uma cooperativa, num princípio de autogestão, ou seja, envolvendo desde a produção da matéria prima até a comercialização final, sem atravessadores, pode, até certo ponto, ser algo utópico; mas, com certeza, quando chegarmos a este ponto, pode até ser um sonho, mas aí vai dar certo”.

Os demais representantes de sindicatos consideraram que o ideário não está sendo seguido pelas cooperativas em análise: “...na região do Vale esse ideário não acontece. A idéia de cooperativismo que se tem e as práticas que se tem são diferentes”.

O pensamento comum aos representantes de sindicatos é que os interesses financeiros e de poder de uma minoria, presidentes e assessores envolvidos na gestão de uma cooperativa, na busca de sua satisfação pessoal, são priorizados em detrimento do ideário cooperativo. Os exemplos citados são de diretores que não participam da

realização de quaisquer tarefas contratadas pela cooperativa, mencionando-se a formação profissional desses representantes de cooperativas que diferem inteiramente das atividades desenvolvidas pela cooperativa de trabalho. Segundo os sindicalistas, a falta de comprometimento dos dirigentes de cooperativas com o ideário caracteriza as denominadas “pseudocooperativas” ou “coopergatos”, que atuam visando somente aos interesses próprios e dos primeiros tomadores de serviços.

Nesse sentido, o representante de Federação indicou que “as pessoas confundem problemas de gestão cooperativa com o ideário. O que está errado não é o cooperativismo, está errada a gestão da cooperativa”. Efetivamente, a forma de gestão dá visibilidade ao ideário efetuado. Assim, a gestão desloca o eixo do verdadeiro cooperativismo e dá a impressão à sociedade de que o cooperativismo está errado.

Os especialistas em cooperativas de trabalho posicionam-se dizendo que o ideário cooperativista dá ao associado “um respaldo maior em virtude de uma participação mais ativa de todos os associados e isso faz com que todos participem e colham os frutos do resultado final fazendo com que o trabalho os torne um grupo que atua sob o sentido da parceria”. Mas, quanto à aplicabilidade do ideário, o posicionamento não é tão otimista. Considerou-se que, no máximo, este ideário vem sendo observado apenas em parte. Entre os motivos disso foram apontados:

- falta de informação do quadro social;
- falta de recursos das cooperativas;
- falta de preparo/interesse dos diretores;
- excesso de idealismo frente a uma realidade de extrema competitividade no capitalismo moderno.

Sobre este último item, um questionamento que aflorou nas entrevistas foi o seguinte: a filosofia da mútua ajuda, da solidariedade, da participação como organização social para as pessoas, teria espaço no atual cenário econômico, considerando-se que as cooperativas, como quaisquer outras empresas que atuam no mercado capitalista, deve produzir resultados para a sua auto-sustentabilidade e a de seus sócios? O representante da federação argumentou que o “cooperativismo surge como um exemplo e um testemunho de que se pode viver a economia, não no “sentido da moeda”, mas no sentido da economia propriamente dita, com a profissionalização, a

inteligência, a cidadania, como testemunho dessa nova sociedade que se inicia; o cooperativismo, hoje, ocupa a geografia da humanidade; em todo o mundo existe o cooperativismo”.

Na visão de alguns trata-se, efetivamente, de um modelo eficaz para a organização da sociedade, a democracia dos investimentos, a distribuição da renda, a regularização do mercado (Schneider, 1997). Para tanto é preciso uma boa administração, e que uma mudança cultural conduza à flexibilização, definida por Boyer (apud Piccinini, 1996) como a aptidão de um sistema ou subsistema de reagir às diversas perturbações do meio ambiente, sem que necessariamente se precarizem as condições de trabalho.

6.4 – Posição dos Sindicatos quanto às Cooperativas de Trabalho

Entre os seis representantes de sindicato entrevistados houve posições antagônicas sobre o que representam as cooperativas de trabalho. Um deles posicionou-se “totalmente favorável à criação de cooperativas, mas de cooperativas que não visem lucro, onde o principal é o associado; não aquelas que são somente terceirizadoras de mão-de-obra, pois estas servem somente para reduzir custos das empresas e para gerar lucro para os patrões”. Este representante sindical também concorda sobre a criação deste modelo de cooperativa, inclusive citando a participação em duas cooperativas (COOPRAL e a COPCOURO da região de Novo Hamburgo).

Outro representante sindical argumentam que é contra porque, “lamentavelmente, o que a gente tem visto são cooperativas de fachada, com exemplos claros no nosso município (Blumenau), que era só para “pular” a legislação e deixar de pagar os direitos dos trabalhadores”.

Todos os entrevistados, representantes sindicais, tinham conhecimento sobre fraudes praticadas por dirigentes de cooperativas, e mencionaram as “pseudocooperativas”, mas poucos sabiam de casos de cooperativas que deram certo. Chamou a atenção o fato de que representantes dos sindicatos de confecções de duas cidades do Vale do Itajaí (Blumenau e Brusque) tivessem posicionamento favorável às

cooperativas que observam o ideário cooperativista e a legislação, e posicionamento contrário às cooperativas de trabalho que não estão sob orientação de seu sindicato.

Os outros sindicatos entrevistados posicionaram-se totalmente contra as cooperativas de trabalho e informaram que não contribuiriam para a formação de cooperativas. Nem sempre os entrevistados tinham consciência sobre os motivos dessa posição, percebendo-se uma posição puramente ideológica, defendida pela federação, e não própria, sobre a questão.

Os representantes de federação, especialistas em cooperativas de trabalho, apresentavam percepção diferenciada em relação às Cooperativas e ao trabalho. Consideraram que todo trabalho é um posto de trabalho, mesmo que em domicílio, com endereço certo ou virtual, permanente ou esporádico. Consideraram também que as cooperativas são importantes porque “essas pessoas, ao invés de estarem individualmente competindo no mercado, na tomada de serviço podem se organizar em cooperativas e se organizar” (Representante da FETRABALHO).

Nessa organização, deve haver previsão estatutária sobre os mecanismos de proteção contra a precarização das condições de trabalho e sobre sua observação. Caso contrário, a cooperativas de trabalho torna-se na prática, apenas um instrumento da exploração. A própria competição entre cooperativas é muito grande, e a redução das propostas dos contratos, sem que haja limite, determinaria a exploração do cooperativado, em favor da redução de custos para o capital.

A redução de custos para os empregadores foi objeto de opinião unânime dos entrevistados que operavam como tomadores de serviço à existência. Informaram serem favoráveis à continuidade das cooperativas de trabalho especialmente pelo “desencargo” social que estas proporcionam. Segundo os tomadores de serviços, as cooperativas deverão ampliar cada vez mais a sua importância no mercado de trabalho. Para alguns autores, como Pastores (1994), somente a possibilidade de redução de tributos e encargos sobre a mão-de-obra, com uma urgente atualização da legislação trabalhista para as empresas, poderia alterar o crescimento dessa forma de flexibilização do trabalho (Pastore, 1994).

6.5 – As Cooperativas de Trabalho como possibilidade frente ao desemprego

No que se refere à possibilidade das cooperativas de trabalho apresentar-se como uma proposta concreta ao desemprego, constatamos a unanimidade de opiniões dos representantes de sindicatos, conforme citações abaixo:

“Não, as cooperativas de trabalho não são a solução, assim como as cooperativas de autogestão, por si só, não resolvem [o desemprego]”.

“Não, não é a solução. Não tenho vara mágica pra dizer qual são essas cooperativas de fachada”.

“Não, muito pelo contrário, eu acho que ela vai colaborar para aumentar o desemprego hoje eles [empregadores] demitem os funcionários para contratar as pessoas e trabalharem em condições precárias”.

Os especialistas e representantes de federações por seu tempo consideraram que se trata de uma alternativa. No entanto, não a vêem como única saída, e nem como a melhor proposta. Entendem que “...não estamos totalmente preparados para constituir cooperativas, mesmo nas áreas meio [atividades meio das empresas]”. A forma que a legislação encontrou para resolver o problema das cooperativas de trabalho, “hoje se vê que muitos empresários usaram isso aí contra os próprios criadores do sistema”.

Esses entrevistados consideraram as cooperativas de trabalho como alternativa “frente ao descaso do governo federal em resolver tal problema [desemprego], tendo em vista o ideário cooperativista, de melhores condições de vida aos associados”, e também tendo em vista a característica dos associados das cooperativas da região do Vale do Itajaí, que normalmente têm baixo grau de instrução e de qualificação profissional. Nesses casos a cooperativa seria uma “solução na busca de uma preparação, um enquadramento [profissional], para então poder disputar um emprego ou as vagas existentes”.

Essas afirmações baseiam-se no nível de exigência de qualificação profissional dos associados de cooperativas, que é inferior ao do mercado de trabalho, público ou privado.

Os tomadores de serviços das cooperativas de trabalho consideram as cooperativas de trabalho uma proposta concreta em face do desemprego crescente. Primeiramente, porque é uma proposta que qualifica o trabalho e não o emprego, ou seja, “se o cara tá no grupo e ele não produz ele será excluído”. Depois, porque, “sem dúvida alguma, hoje grande parte da população está desempregada e a outra está no subemprego”. Por último, porque “com a globalização cada vez menos temos pessoas com contratos formais de trabalho. E nada melhor do que a forma associativa para as pessoas se juntarem e se unirem, mas seguindo o princípio de não serem explorados pelo mais vivaldino”.

O que se percebe é que a situação de crise em que vivem as regiões do Vale do Itajaí - SC e do Vale dos Sinos - RS, com altos índices de desemprego, faz com que os cooperativados aceitem as condições impostas no contrato de trabalho como única alternativa, face à inexistência de empregos, especialmente considerando as suas condições de qualificação profissional.

6.6 - Relação entre flexibilização, condições de trabalho e emprego

Para os representantes de sindicatos a flexibilização do trabalho significa a “retirada de direitos históricos dos trabalhadores; as condições de trabalho nas empresas, hoje, são as piores possíveis, pois as empresas, para se modernizarem, estão comprando máquinas. Estas máquinas entram e substituem os trabalhadores, retirando os empregos”. A percepção é de que a flexibilização leva à precarização, ao desestímulo e à desvalorização real do trabalho humano, em prejuízo das condições de trabalho e do emprego formal.

Para os consultores, especialistas e representantes de federações a relação entre flexibilização do trabalho, condições de trabalho e emprego deve ser examinado considerando-se que trabalho não é emprego. Segundo um representante de federação, *“...muitas vezes nós confundimos trabalho com emprego. Emprego é uma oportunidade para algumas pessoas especializadas, capacitadas, competitivas que as vezes estão em concurso, numa seleção ou coisa similar. Já trabalho é uma possibilidade para todas as pessoas” (Rep.FETRABALHO).*

No entendimento desse representante de federação, as pessoas precisam procurar trabalho, não emprego. As pessoas, na ilusão de ficarem empregadas, ficam desempregadas. É necessário maior conscientização sobre a importância de, na busca de trabalho, as pessoas se organizarem. Nessa organização, devem buscar as melhores condições de trabalho, como segurança, higiene e saúde para trabalhador.

Na realidade, para um especialista em cooperativas de trabalho, essa relação “acaba sendo um círculo vicioso, porque a flexibilização do trabalho, só é possível se você tiver condições de trabalho. Isso cai naquele aspecto de novo: o econômico-financeiro, que faz com que essa flexibilização acabe deixando a desejar.

Outro especialista deixa explícito que os trabalhadores em cooperativas de trabalho não recebem as informações necessárias para se conscientizarem de que sua condição é de cooperado e não de empregado. Da mesma forma, “não têm muita noção sobre o que é condição de trabalho e, muitas vezes, sobre os riscos de vida que estão correndo. O cooperativado deveria ter, no mínimo, uma instrução de 30 dias para entrar na frente de trabalho”.

Os próprios tomadores/contratantes de trabalho cooperativado não vêem no trabalhador a presença da noção sobre o que é, na verdade, uma cooperativa e sobre qual o seu papel. A necessidade de auferir alguma renda faz com que os trabalhadores aceitem trabalhar de forma flexível, em condições de trabalho, não raro, péssimas, abrindo mão dos benefícios sociais que o emprego formal, regido pela CLT, proporcionaria.

No pensamento dos tomadores/contratantes de cooperativas de trabalho, a flexibilização tem o mesmo significado da terceirização. Ela é vista, portanto, como uma forma de redução de custos com encargos sociais e com outros custos incidentes nos casos de contratação formal, com carteira de trabalho. Conforme declaração de um contratante: “flexibilização, eu vejo muito pelo lado econômico...e se for via cooperativa, então melhor ainda”.

CAPÍTULO VII

7 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

7.1 - Conclusões

A preocupante realidade do novo ambiente produtivo faz com que a sociedade busque formas de alternativas de trabalho, submetendo-se muitas vezes a renda e condições de trabalho inferiores ao necessário, como ocorre através de empreendimentos terceirizados e cooperativados. A submissão do indivíduo a estas condições de trabalho, como forma de garantir a sua sobrevivência, demonstram a importância e o valor do trabalho para as pessoas.

Para garantir sobrevivência, o homem busca meios de satisfazer suas necessidades – a produção da vida material. Essa busca reproduz-se historicamente em toda a ação humana para que o homem possa continuar sobrevivendo. A medida em que a satisfação é atingida, ampliam-se as necessidades a outros homens e criam-se as relações sociais que determinam a condição histórica do trabalho.

Dessa forma, as mudanças nos processos de trabalho estão afetando diretamente a força de trabalho, que é a mão-de-obra disponível para a realização deste, redimensionando este mercado e conseqüentemente, alterando as exigências em relação às formas de contratação da força de trabalho, para atender a demanda de trabalho e a competitividade em custos.

O cooperativismo, na sua doutrina, foi concebido para valorizar o trabalhador e o trabalho, não para aviltá-lo. Cabe aos homens a capacidade de interpretação do conhecimento e ação em prol de melhores condições de trabalho para a coletividade na distribuição da renda ou para privilegiar a individualidade.

Percebe-se uma polaridade de interpretação para a flexibilização e sua aplicabilidade, situando-se nesta a defesa dos interesses e ideais em jogo. Quem defende uma categoria inserida no mercado de trabalho e que quer aumento ou manutenção dos

benefícios trabalhistas atuais, é contra qualquer mudança que apresente risco de perda. Em outro polo estão pessoas que, aparentemente, possuem uma visão imparcial da realidade. Percebe-se nestas a preocupação com os que estão fora do mercado de trabalho e com a competitividade das empresas nacionais frente à internacionalização dos mercados, como forma de manter os níveis de produção, produtividade e emprego, mesmo de forma menos convencional.

A falta de instrução de cultura geral básica da maioria de trabalhadores. Para se gerir a contento uma cooperativa de trabalho requer-se um nível mínimo de instrução formal, de cultura geral e em particular de um mínimo de visão administrativa, contábil e empresarial, de uma clara visão sobre a dinâmica e os desafios do mercado bem como sobre a necessidade de auto-capitalização. A experiência trabalhista dos assalariados, com carteira assinada e culturalmente acostumados a cumprir tarefas de cima para baixo. Isto só pode ser vencido com um longo e paciente processo de educação e vivência democrática.

Conforme pode ser acompanhado durante o trabalho, fica claro que as cooperativas de trabalho não atendem as condições e os princípios Rochadelianos sendo apenas formas de redução de custos e precarização das condições de trabalho dos associados. Mesmo as cooperativas mais organizadas e aparentemente “lucrativas”, servem a flexibilização das empresas contratantes absorvendo os custos dos benefícios não pagos por elas.

As cooperativas de tecnologia entrevistadas no estado do Rio Grande do Sul e São Paulo deixam escapar o instinto individualista de quem está em um segmento de maior remuneração e maiores oportunidades. Até as cooperativas de tecnologias servem as empresas contratantes como absorvente dos custos de produção e pessoal (custos Fixos e variáveis) para melhorar a competitividade de seus produtos. As cooperativas de “Luxo” – tecnologia - embora proporcione uma remuneração muito maior a seus associados executa as mesmas funções, perante as contratantes, que suas co-irmãs do setor de confecções do Vale. Seus associados absorvem os custos dos benefícios que seriam recolhidos se empregados em empresas tradicionais, aparentemente bem remunerados estes associados precarizam suas condições de trabalho em favor da flexibilização das empresas. Aparentemente eliminada a mais-valia sobre o associado

(exploração de patrão), fica claro que a “associação” assume a relação e proporciona ao empresário a submissão ao capital.

No presente trabalho, verificou-se a precarização na grande maioria das cooperativas entrevistadas através da tercerização e flexibilização da produção das empresas contratantes, entretanto, cabe ressaltar que nas cooperativas que mantinham produção própria (mesmo as de Tecnologia) ou trabalhavam por encomendas conseguiram eliminar a precarização das condições de trabalho mesmo não conseguindo fugir a mais-valia do capital.

Então, fica evidente que tanto as cooperativas de “Luxo” como as mais precárias do segmento de confecções, dependem da organização e educação de seus integrantes. Quem nutre expectativas paternalistas, move-se numa cultura de dependência e de subordinação pois, sempre espera “dos outros”, ou seja, das autoridades, do patrão, dos superiores a iniciativa para solução dos seus problemas. Uma “empresa cooperativa”, por mais democrática e distributiva que pretenda ser, requer um plano interno, disciplina, ordem e hierarquia, para manter um nível razoável da eficácia e de eficiência econômica e social.

Concluindo que as cooperativas de trabalho que serviram de amostra para esta monografia são precarizadas nas condições de trabalho nas relações com suas contratantes, aproximando-se de Lima (1998), encontramos o germe do que Singer (1999) chama de organização e consciência social.

Confirmando a hipótese inicial de que esse modelo associativista está sendo incentivado, principalmente, para reduzir custos para o capital, mas que nas cooperativas onde forem seguidos os princípios e valores do associativismo o modelo representou progresso para seus trabalhadores. Sendo esse último em muito menor número.

7.2 – Recomendações

A observação da realidade nas cooperativas trabalho tanto do segmento de confecções como o de tecnologia deixaram algumas perguntas sem respostas.

Entre as indagações que ficaram para trás por não ter sido observada, estão duas de grande relevância: se as cooperativas de trabalho estariam se mantendo no mercado através da concorrência por custos, não observando os benefícios dos associados; se essa concorrência não transforma a cooperativa em empresa comum e então burla os tributos de uma empresa que está no mercado.

Essas indagações seriam de grande importância para melhor entender as novas direções das cooperativas de trabalho na economia globalizada e competitiva.

8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABREU, Alice, SORJ, Bila. Trabalho a domicílio nas sociedades contemporâneas: uma revisão da literatura recente. In:----(orgs). **O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1993, p11-24.
- ALBUQUERQUE, Paulo P. de: **Cooperativas de Trabalho: mudança das relações de produção?** São Paulo em perspectiva, 12 (1), 1998. Pg. 61-69.
- AMATO NETO, João. Reestruturação industrial, terceirização e redes de subcontratação. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v.35, n.2, março-abril 1995, p.33-42.
- BASTOS, Carlos P. M. Competitividade da indústria do vestuário: nota técnica setorial do complexo têxtil. In: IE/INICAMP - IEI/UFRJ - FDC - FUNCEX. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas , 1993 (mimeo).
- BENATO, João Vitorino Azolin: **Cooperativismo, encontro e desencontros**. ICA, 1994.
- BENECKE, Dieter W.: **Las Cooperativas en América Latina I**. São Leopoldo, UNISINOS, 1987.
- BRAVERMANN, H. **Trabalho e Capital Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BRITO, A Noronha. **Cooperativismo**: curso ministrado nas faculdades integradas de Guarulhos-SP. ED Cupolo, 1976.
- CARNEIRO, Palmyos Paixão: **Co-operativismo: O princípio co-operativo e a força existencial-social do trabalho**. Belo Horizonte, FUNDEC, 1981.
- CAMPOS, Iris Walquiria: **O desafio de gerar empregos**. Balanço Anual 1997, Ano XXI, n. 21 – 31/10/97, p. 6-22, Publicação Anual – Exemplar do Assinante.
- CUNHA, Idaulo J. **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- CUNHA, Idaulo J. **O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil**. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.
- CHIAVENATO, Idalberto: **Recursos Humanos – Ed. Compacta**. São Paulo: Atlas, 5 ed., 1998.

- DO CARMO, Paulo Sérgio: **As Cooperativas de Trabalho: Alternativas de Trabalho e Renda.** São Paulo: Moderna, 1998.
- DUARTE, Laura Maria Goulart. **Capitalismo e cooperativas no RS: o cooperativismo empresarial e a expansão do capitalismo no setor rural do RS.** Porto Alegre: Editora L&PM, 1985.
- EMPRESÁRIO quer reduzir piso. **Diário catarinense.** Florianópolis, 3 Maio de 1997. P.23.
- FENSTERSEIFER, Jaime E. et ali: **O Complexo Calçadista em Perspectiva: Tecnologia e Competitividade.** Porto Alegre: Ortiz, 1995.
- FERREIRA, Aurélio B.de H.: **Dicionário da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- GARCIA, Odair L. Competitividade da indústria têxtil: nota técnica do complexo têxtil. In: IE/UNICAMP - IEI/UFRJ - FDC - FUNCEX. **Estudo da competitividade da indústria brasileira.** Campinas, 1993 (mimeo).
- GIOSA, Lívio A: **Terceirização: Uma Abordagem Estratégica.** São Paulo: Pioneira, 5º ed. 1997.
- GOODE, W. J: HATT. P.K.: **Métodos em Pesquisa Social.** São Paulo: Nacional, 1960. P. 494.
- GOULARTI Fº, Alcides, NETO, Roseli J. **A indústria do vestuário: economia, estética e tecnologia.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.
- HERING, Maria L.R. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí.** Blumenau, Editora da FURB, 1987.
- HIRATUKA. CÉLIO, garcia, Renato de C. Impactos da abertura comercial sobre a dinâmica da indústria têxtil brasileira. **Leituras de Economia política,** Campinas: IE/UNICAMP, v.1, n.1, set.1995, p.83-109.
- IRION, João Eduardo: **Cooperativismo e economia social.** São Paulo, STS, 1997.
- JANISSEK, Raquel & FREITAS, Henrique M.R. de: **Análise Léxica e Análise de Conteúdo.** Porto Alegre, Sagra-DC Luzzatto, 2000.
- Lei 9.867, de novembro de 1999, Regulamentação das cooperativas e associações.
- Lei 5.764/71, Política Nacional de Cooperativas.
- LEIRIA, Jerônimo S. **Terceirização: uma alternativa de flexibilidade empresarial.** 6.ed. Porto Alegre: Sagra/ DC Luzzatto, 1993.

- LIMA, J. C. Cooperativas de produção industrial: autonomia e subordinação do trabalho. In: CASTRO, N. A . DEDECCA, C. S. (orgs.). **A ocupação na América Latina: tempos mais duros**. São Paulo; rio de Janeiro: Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho, 1998, p.211-229.
- LIMBERGER, Emiliano. **Cooperativa: Empresa Socializante**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 1996.
- LINS, Hoyêdo N. Reestruturação produtiva e impactos sócio-espaciais. III Encontro Nacional de Economia política, SEP/Universidade Federal Fluminense, 9 a 12 de junho de 1998, **Anais...**,v.2,p.1087-1102.
- LINS, Hoyêdo N. Marco regulatório, reestruturação produtiva e competitividade de pequenas e médias empresas do complexo têxtil-vestuário. XXVI Encontro nacional de Economia da ANPEC, Vitória, 9 a 11 de dezembro de 1998, **Anais ...**,v.2,p.1391-1410.
- LINS, Hoyêdo N. Condutas inovativas face às mudanças nas condições de concorrência: estudo de caso sobre o complexo têxtil-vestuário no Brasil meridional. VIII Seminário latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica-ALTEC'99, Valência (Espanha), Universidad politécnica de Valencia, 27 a 29 de outubro de 1999, **Anais...**(em CD ROM).
- LINS, Hoyêdo N. **Reestruturação industrial em santa Catarina: pequenas e médias empresas têxteis e vestuarista catarinense perante os desafios dos anos 90**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2000 (no prelo).
- MACHADO, Lucília R. de S.: Mudanças Tecnológicas e a Educação da Classe Trabalhadora. In Trabalho e Educação. Campinas, Papirus, n.41, 1997.
- MAGALHÃES, Tânia T.: **Reflexo da Inovações Tecnológicas na Qualificação dos Trabalhadores de Empresas do Setor Metal Mecânico do Estado do Rio Grande do Sul**. Estudo de Casos. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, 1997.
- Manual de Cooperativas**: Publicado pela Secretaria de Fiscalização do Trabalho (Sefit)/ Ministério do Trabalho, 1997.
- MARTINELLI, Maria L. (Coord.): O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social – um instigante desafio. In: **Cadernos do núcleo de estudos e pesquisa sobre identidade**. São Paulo, NEPI da PUCSP. N.1, MAI, 1994.
- MATTOSO, Jorge: **A Desordem do Trabalho**. São Paulo: Página Aberta, 1996.
- MINARELLI, José Augusto: **Empregabilidade – O caminho das pedras**. São Paulo: Atlas, 1995.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **Anuário Estatístico da Organização das Cooperativas do Brasil**. 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL. OCB Interativa. Apresenta Fórum e Links úteis. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>> Acesso em: 21 set de 2000.

OCERGS- Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul. **Manual de Orientação para a Constituição de Cooperativas**, 1996.

OLIVEIRA, Nestor Braz de: **Cooperativismo: Guia Prático**. Porto Alegre, Fundação para Desenvolvimento de RH, 1984.

OLIVEIRA, Terezinha Cleide: **Cooperativa de Trabalho: Instruções para Organização**. Secretaria de Agricultura e Abastecimento, São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, Juarez: **Consolidação das Leis do Trabalho – Comentada**. São Paulo. Saraiva, 1997.

PASTORE, José: **Flexibilização dos Mercados de Trabalho e Contratação Coletiva**. São Paulo, Ltr, 1994.

PEREIRA, Maria Isabel: **Cooperativas de Trabalho: O Impacto no setor de serviços**. São Paulo, Pioneira, 1999.

PÉRIUS, Virgílio: **Cooperativas de Trabalho: Manual de Organização, Série Cooperativismo**, Vol.32, Porto Alegre, 1997.

PICCININI, Valmíria C.: **O Trabalho flexível na Indústria Calçadista: II Congresso Latinoamericano de Sociologia do Trabalho**. Águas do Lindóia-SP, 1996.

PICCININI, Valmíria C. & Guimarães, Valeska N. : **RELAÇÕES FLEXÍVEIS DE TRABALHO, QUALIDADE DE VIDA E EMPREGO: estudo interdisciplinar e interinstitucional nos setores secundário e terciário de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Projeto Integrado GINEIT/RS e NINEIT/SC**, 1999.

PINHO, Diva Benevides. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas**. São Paulo: Pioneira Editora, 1965.

PUPE, Mauro G.W.: **Trabalho Solidário: O Bem sucedido caso COOMECA**. Porto Alegre: Palomas, 1996.

RIFKIN, Jeremy: **O Fim dos Empregos – O Declínio Inevitável dos Níveis dos Empregos e a Redução da Força Global de Trabalho**. São Paulo, Makron Books do Brasil, 1995.

- RIOS, Luis Oliveira: **Cooperativas Brasileiras: Manual de sobrevivência e crescimento sustentável**. São Paulo: STS, 1998.
- RODRIGUES, Leonel et al. Estratégias tecnológicas como recurso competitivo do setor têxtil da região de Blumenau. **Revistas de Negócios**, Blumenau: FURB, v.1, n.3, abril-junho 1996, p.13-30.
- ROESCH, Sylvia M. A. : **Projetos de Estágio do Curso de Administração**. São Paulo: Atlas, 1996.
- RUAS, Roberto. Notas acerca das relações entre trabalho a domicílio, redes de subcontratação e as condições de competição. In: ABREU, Alice R.de P., SÃO PAULO perde mais fábricas têxteis. **Folha de São Paulo**. 5 ago 1996.p.2-5.
- SARRAT, Newton e MORAES, Rogério Pires: **Cooperativas de Trabalho – um diferencial inteligente**. Porto Alegre: Ipsis Litteris, 1997.
- SERSON, José: **CLT – Como se acha em vigor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.
- SCHNEIDER, J. Odelso, LAUSCHNER, R. **Autogestão, cooperativismo e capitalismo: perspectivas econômica-cooperativa**. S. Leopoldo, Ed. Unisinos, 1982.
- SILVA, Ciro P. da. **A terceirização responsável: modernidade e modismo**. São Paulo: LTr Editora, 1997.
- SILVA, Rosângela A da. **Estudo sobre o trabalho feminino na indústria de confecções na região de Florianópolis**. Florianópolis, 1997. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- SINGER, P. A Crise das relações de trabalho. In: NABUCO, M. R., CARVALHO NETO, A. (orgs). **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1999, p. 31-45.
- SORJ, Bila (orgs). **O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., p.25-41.
- TAVARES, Rodrigo França. Ministério promove debate sobre legislação das cooperativas. **O globo**, Rio de Janeiro, 19 maio de 2000. Disponível em: <<http://www.ogolobo.com.br/>>. Acesso em: 19 maio de 2000.
- TESCH, Walter: **Cooperativismo do Trabalho: Alternativa ao Desemprego**. Porto Alegre: CDP, 1995.

ZAMBERLAN, Jurandir E.: **Cooperação Agrícola:** Melhoria econômica ou novo projeto de vida? Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento de RH, 1992.

9 - Anexos

Entrevistas Pesquisa PIBIC/UFSC/CNPq:

Anexo 9.1 - Questões para SINDICATOS

Qual o seu entendimento sobre precarização das condições de trabalho?

Qual o seu entendimento sobre flexibilização do trabalho?

O que o você entende por Qualidade de Vida no Trabalho?

Qual a posição deste sindicato com relação ao ideário cooperativista?

Qual a posição deste sindicato quanto às cooperativas de trabalho?

De que forma o sindicato pode contribuir para a criação de Cooperativas de Trabalho que estejam realmente identificadas com a classe trabalhadora?

Você tem conhecimento sobre os diferentes tipos de Cooperativa de Trabalho e as práticas de relações laborais com uma delas?

Você considera que as Cooperativas de Trabalho representem uma proposta concreta face ao desemprego crescente?

Finalmente, que relação você estabelece entre flexibilização do trabalho, qualidade de vida e emprego?

Entrevistas Pesquisa PIBIC/UFSC/CNPq:

Anexo 9.2 - Questões para REPRESENTANTES DAS COOPERATIVAS

Quais foram os motivos para a criação da Cooperativa?

Os objetivos desta estão sendo atingidos?

Como é a participação dos cooperados na gestão da empresa?

Qual o seu entendimento sobre flexibilização do trabalho?

Em que casos a flexibilização do trabalho gera a precarização das condições de trabalho?

As cooperativas cumprem ao ideário cooperativista? Como é no caso da sua cooperativa?

Qual a sua posição quanto às cooperativas de trabalho?

Você tem conhecimento sobre os diferentes tipos de Cooperativa de Trabalho e as práticas de relações laborais entre elas? Cite exemplos.

O que o você entende por Qualidade de Vida no Trabalho? A cooperativa oferece condições de Qualidade de Vida? Cite exemplos.

Você considera que as Cooperativas de Trabalho representem uma proposta concreta face ao desemprego crescente?

Finalmente, que relação você estabelece entre flexibilização do trabalho, qualidade de vida e emprego?

Entrevistas Pesquisa PIBIC/UFSC/CNPq:

Anexo 9.3 - Questões para COOPERADOS

Nome do cooperado. Função dentro da Cooperativa. Grau de escolaridade.

Quais os motivos que levaram você a trabalhar em uma cooperativa?

Você trabalhava antes? Onde?

Preferiria trabalhar com carteira assinada? Por quê?

Como é a sua Qualidade de Vida ? Sentiu melhora ou piora das condições de trabalho?

Quantas horas trabalha por dia em média?

O que você entende por flexibilização do trabalho? Acha que há flexibilização dentro da cooperativa?

Você conhece o ideário cooperativista? A Cooperativa pratica o ideário?

Você acha que os objetivos desta cooperativas estão sendo cumpridos?

Como você avalia sua participação nas decisões da cooperativa?

Você acredita que a cooperativa pode crescer e continuar exercendo o ideário cooperativista?

Você conhece os diferentes tipos de cooperativas de trabalho e como elas funcionam?

Você considera que as Cooperativas de Trabalho representem uma proposta concreta face ao desemprego crescente?

Anexo 9.4 – Relação dos entrevistados.

Cooperativas:

Cooperativa das Costureiras de Itinga;
Cooperativa das Costureiras de Tijucas;
Cooperativa das Costureiras de Ribeirão máximo;
Cooperativa São João Batista;
Cooperativa Central de Baú Baixo;
Cooperativa das Costureiras do Bairro Ilhotinha;
Cooperativa de Costureiras São João;
Cooperativa São Cristovão;
Cooperativa Central das Costureiras de Itajaí;
Coopvest;
Capcooper;
Uniway - SP;
Uniway – RS;
Cooserv – SC;
Coosepro – SP;
Sepro – Taubaté – SP.

Especialistas:

Padre José Odelso Schneider – CEDOPE , Unisinos;
Professora Valmíria Piccinini – UFRGS;
José Pastore – FETRABALHO.

Sindicatos:

Sindicato dos trabalhadores da indústria de confecções de Blumenau;
Sindicato dos trabalhadores da indústria de confecções de Brusque;
Sindicato dos trabalhadores da indústria calçadista de Novo Hamburgo;
Sindicato dos digitadores de Porto Alegre;
Sindicato dos trabalhadores da indústria de software de São Paulo;
Sindicato dos trabalhadores em nova tecnologia de São Paulo.